

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

FELIPE DE MENDONÇA LOPES

INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO:
mensurando o viés político das cortes brasileiras

SÃO PAULO

2013

FELIPE DE MENDONÇA LOPES

INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO:

mensurando o viés político das cortes brasileiras

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia de Empresas.

Campo de conhecimento:

Análise Econômica do Direito

Orientador: Prof. Dr. Paulo Furquim de Azevedo

SÃO PAULO

2013

Lopes, Felipe de Mendonça.

Independência do Judiciário: mensurando o viés político das cortes brasileiras / Felipe de Mendonça Lopes. - 2013.

56 f.

Orientador: Paulo Furquim de Azevedo

Dissertação (mestrado) - Escola de Economia de São Paulo.

1. Poder judiciário - Brasil. 2. Brasil. Superior Tribunal de Justiça. 3. Brasil. Supremo Tribunal Federal. 4. Poder judiciário - Aspectos políticos. I. Azevedo, Paulo Furquim de. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Economia de São Paulo. III. Título.

CDU 342.56(81)

FELIPE DE MENDONÇA LOPES

INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO:

mensurando o viés político das cortes brasileiras

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia de Empresas

Campo de conhecimento:
Análise Econômica do Direito

Orientador: Prof. Dr. Paulo Furquim de Azevedo

Data de Aprovação:

____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Furquim de Azevedo
(Orientador)
FGV-EESP

Prof. Dr. Vladmir Ponczek
FGV-EESP

Prof^a Dr. Luciana Yeung
INSPER

SÃO PAULO

2013

RESUMO

O grau de influência política ao qual o judiciário está submetido tem profusas implicações sobre desenvolvimento econômico. Para que o compromisso de não expropriação pelo executivo seja crível, é necessário que o judiciário seja livre para intermediar imparcialmente as disputas entre o Estado e seus cidadãos. Se há muita influência política no judiciário, a credibilidade de tal comprometimento está maculada, o que desencoraja investimentos privados, assim prejudicando o crescimento econômico. No Brasil, uma peculiaridade institucional permite que seja feita uma comparação inédita na literatura. Como há duas cortes, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que versam sobre matérias similares e tem distintas restrições à indicação de seus membros, é possível comparar o grau de influência política ao qual elas estão submetidas. Desta forma, propõe-se testar: 1- se há efeito da indicação política nas decisões dos ministros das duas cortes; 2- se há diferenças do grau de influência política de acordo com as restrições à indicação presidencial de cada corte; 3- se os ministros de ambas as cortes fazem uso estratégico de seus cargos, ou seja, ativamente beneficia o partido que o indicou. Dos efeitos testados, encontra-se evidências do segundo e, parcialmente, do terceiro.

Palavras-chave: Independência do judiciário, viés político, STJ, STF

ABSTRACT

The degree of political influence to which the judiciary is subject has broad implications on economic development. For the executive's non-expropriation commitment to be credible, it is necessary that the judiciary should be free to impartially mediate disputes between the State and its citizens. If there is too much political influence in the judiciary, the credibility of such commitment is tainted, which discourages private investment, thus hampering economic growth. In Brazil, an institutional peculiarity allows us to do a comparison that is unprecedented in the literature. As there are two courts, the Supremo Tribunal Federal (STF) and the Superior Tribunal de Justiça (STJ), which deal with similar matters and have different restrictions on the appointment of its members, it is possible to compare the degree of political influence to which they are subject. Thus, we propose to test: 1 - if there is a political appointment effect on the decisions of the justices of the two courts, 2 - if there are differences on the degree of political influence in accordance to the restrictions on presidential nomination in place in each court; 3 - if the justices of both courts make strategic use of their positions, that is, actively benefit the party that has appointed them. We find evidence of the second and, partially, of the third effect.

Keywords: Independence of the judiciary, political bias, STJ, STF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pesquisa de Jurisprudência no STJ.	30
Figura 2 – Pesquisa de Jurisprudência do STF.	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Descritiva dos Recursos do STF	37
Tabela 2 – Análise Descritiva dos Recursos do STJ	38
Tabela 3 – Resultados da estimação do modelo (1)	42
Tabela 4 – Resultados da estimação do modelo (2)	44
Tabela 5 – Resultados da estimação do modelo (3) (Sub-amostra Interesse PT)	47
Tabela 6 – Resultados da estimação do modelo (3) (Sub-amostra Interesse PSDB/DEM)	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. AS INSTITUIÇÕES E O JUDICIÁRIO	11
2.1. Instituições, Judiciário e Desenvolvimento	11
2.2. O Judiciário no Brasil	18
2.2.1. Origens Históricas	18
2.2.2. Estrutura e Funcionamento	19
3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA	24
3.1. Questões e Hipóteses	24
3.2. As Bases de Dados	28
3.3. A Coleta de Dados	30
3.4. As Variáveis	34
4. RESULTADOS	40
5. CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

Tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tem por objetivo alterar os critérios de seleção dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Esta PEC, de número 434, pretende modificar o artigo 101 da Constituição Federal (CF) e estabelecer critérios mais rígidos para a escolha de ministros. Em especial, pretende que no STF seja seguida a mesma proporção de ministros oriundos dos tribunais estaduais e federais que no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ao menos teoricamente, esta proposta tem como objetivo reduzir a influência política que existe nesta corte. Entretanto, é muito possível que existam interesses subjacentes, uma vez que se observa que principal patrocinador desta PEC é a Associação de Magistrados Brasileira, indicando que talvez a motivação seja puramente corporativista.

Em editorial publicado no jornal O Estado de São Paulo no dia 9 de setembro de 2012, afirma-se que provavelmente este é o caso, o interesse por trás desta PEC é, de fato, corporativista. Além disso, o editorial também afirma que estas propostas que têm como objetivo a redução da influência política no STF se esquecem de que este tribunal é, necessariamente, um tribunal político: “[as propostas] não consideram que o STF, por ter a última palavra em matéria de controle de constitucionalidade das leis, não é um tribunal qualquer, mas uma instituição política no sentido mais amplo da expressão”.

Entretanto, paira a questão: corporativista ou não, será que esta PEC seria bem sucedida no âmbito que propõe, ou seja, na redução da influência política nas decisões do STF?

A influência política no judiciário não é uma questão meramente jurídica ou política. É fato conhecido que as características do judiciário têm impacto direto do desenvolvimento das nações. As vias pelas quais este impacto ocorre são muitas, mas aqui vale destacar, em termos gerais, as duas principais. A primeira delas é na intermediação de contratos privados. Se o judiciário não funciona bem, os agentes não têm garantias que a contraparte de seus contratos os honrará e, além disso, será punida em caso de desvio. É imediato notar que tal problema desencorajaria investimentos privados e teria um grande efeito negativo sobre o desenvolvimento.

A segunda via é a da garantia da não-expropriação de investimentos privados por parte do Estado. Se o judiciário não funciona bem, mesmo que existam leis que garantam a propriedade privada, haverá uma enorme incerteza quanto à aplicação destas leis, o que, por sua vez, também desencoraja investimentos.

Neste trabalho, o ponto crucial é este segundo, a credibilidade do compromisso do governo de não expropriação dos investimentos privados. Se as cortes são sujeitas a influências políticas, em especial a Suprema Corte, então é provável que exista um desequilíbrio de forças entre o Estado e seus cidadãos, o que pode fazer com que as cortes decidam sistematicamente a favor do Estado, assim comprometendo o compromisso de não-expropriação.

Desta maneira, a proposta é verificar empiricamente se o grau de influência política nas cortes depende do modo de indicação de seus membros. A ideia é que, se há mais restrições à indicação presidencial, a discricionariedade do Executivo é reduzida, o que diminui o grau de influência política nesta corte.

O caso brasileiro é peculiar no que se refere à existências destas duas cortes, o STF e STJ, que se permite fazer uma comparação inédita na literatura. Como existe sobreposição de competências destas cortes (devido às características da CF, como será visto na Seção 2.2.2), muitas vezes estas são chamadas a decidir assuntos muito similares, senão idênticos, o que permite compará-las. Assim, é possível verificar a existência de padrões nas decisões das cortes.

Desta forma, se verificará a possibilidade da presença de dois fatores distintos que podem influenciar as decisões destes tribunais: o efeito indicação e o efeito estratégico. O efeito indicação é o fenômeno que ocorre quando um presidente indica um ministro que tenha uma posição política (ou ideológica) semelhante à dele. Então, por exemplo, se um presidente “estatista” indica um ministro a uma dessas cortes, é de se supor que o referido ministro vote, na média, mais a favor do Estado. Um efeito oposto seria esperado de um ministro indicado por um presidente “liberal”.

Já o efeito estratégico ocorre se o ministro usa seu cargo estrategicamente, isto é, se ele tende a mudar de posição no sentido de beneficiar o partido do presidente que lhe indicou e prejudicar o(s) partido(s) da oposição.

Se, de fato, o modo de indicação dos ministros tem impacto no grau de influência política ao qual as cortes estão submetidas, espera-se que o efeito indicação seja maior no STF do que no STJ.

A proposta empírica aqui terá como foco, inicialmente, a quantificação do efeito indicação de modo agregado, ou seja, incluindo decisões de ambos os tribunais em estudo. Posteriormente, se verificará se, de fato, o efeito indicação é maior no STF do que no STJ, uma vez que, como já mencionado, o modo de indicação de ministros às duas cortes é distinto, o que pode fazer com que o grau de influência política também o seja. Além disso, também se verificará se existe o efeito estratégico, no qual o ministro busca beneficiar o partido que o indicou.

Logo, este trabalho prossegue da seguinte forma. Na Seção 2, tem-se uma discussão detalhada acerca do papel do judiciário no desenvolvimento econômico, assim como uma breve perspectiva histórica do judiciário no Brasil, enfatizando as características institucionais que são relevantes para o propósito deste trabalho. Na Seção 3, discute-se a abordagem empírica, incluindo as questões que devem ser respondidas, o processo de coleta de dados e as especificações econométricas utilizadas. Já na Seção 4, tem-se a apresentação e discussão dos resultados e, por fim, a Seção 5 conclui.

2. AS INSTITUIÇÕES E O JUDICIÁRIO

2.1. Instituições, Judiciário e Desenvolvimento

A ideia de que o desenvolvimento econômico está diretamente ligado à qualidade do sistema jurídico sempre permeou, mesmo que tangencialmente, a teoria econômica. Desde os escritos de Adam Smith (YEUNG 2010, p. 14), vê-se alguma preocupação com a qualidade das leis e sua relação com o mundo econômico. No entanto, foi apenas no entre guerras que surgiram os primeiros trabalhos que tinham como preocupação central a relação das instituições (incluindo as instituições formais, como as leis, e as informais) com a economia. Em *“The Nature of the Firm”* (1937), Ronald Coase foi o primeiro a se perguntar por que algumas transações ocorrem no mercado enquanto outras ocorrem dentro das firmas. Surgia aí o conceito de custo de transação e uma das primeiras ligações entre qualidade institucional e eficiência econômica.

Entretanto, foi apenas com o trabalho de Douglass North e o surgimento da chamada Nova Economia Institucional que ficou evidente a relação direta que existe entre a qualidade das instituições e o desenvolvimento econômico. Em *“The Rise of the Western World”* (1973), North e Thomas propõem um arcabouço institucional unificado no qual a garantia dos direitos de propriedade é fundamental para explicar a ascensão do mundo ocidental como o vemos hoje. Este trabalho pioneiro gerou muitos frutos. Entre eles podemos citar, por exemplo, North e Weingast (1989). Aqui, os autores mostram como os limites ao poder real impostos após a Revolução Gloriosa (1688) criaram um compromisso crível de não expropriação de investimentos privados. Desta forma, estava pavimentado o caminho que levaria a Inglaterra a ser a grande potência industrial europeia nos séculos XVIII e XIX.

Com North, a abordagem institucionalista da economia atingiu um novo patamar no que diz respeito à qualidade, credibilidade e rigor da análise econômica. Uma miríade de trabalhos empíricos, desde o já citado North e Weingast (1989), até Acemoglu et al (2001), Barro e Lee (1993) e Scully (1988) exploraram a relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Estes trabalhos, assim como muitos outros que poderiam ser citados, contribuíram para que exista praticamente

um consenso que as instituições são relevantes para se explicar o desenvolvimento das nações. Nas palavras de Acemoglu e Johnson:

There is a growing consensus among economists and political scientists that the broad outlines of North's theory are correct: the social, economic, legal, and political organization of a society, that is, its "institutions", is a primary determinant of economic performance. (ACEMOGLU e JOHNSON, 2005, p. 950).

Dentre as instituições que são cruciais para o desenvolvimento, a boa qualidade do sistema jurídico e do judiciário está entre as mais citadas. Mas o que seria um bom judiciário? E um bom sistema jurídico? De acordo com Castelar Pinheiro (2000), é grande a dificuldade de se definir o que seria o sistema jurídico "ideal". Isto ocorre porque como muitos de seus objetivos são conflitantes entre si, frequentemente há *trade-offs* entre eles (por exemplo, a rapidez e qualidade das decisões) e também devido à dificuldade de separar os efeitos do sistema legal (e.g. *common law* ou *civil law*) de seu respectivo sistema judicial (judiciário).

Sherwood et al (1994) também consideram difícil a definição de um sistema judicial ideal. Entretanto, os autores elencam alguns resultados que um bom judiciário deve produzir, assim como algumas condições que julgam ser necessárias para atingir tais resultados. Em primeiro lugar, entre os resultados desejáveis de um sistema jurídico, os autores apontam a garantia de acesso, isto é, todos devem ter livre acesso às cortes e ao judiciário como um todo. Em seguida, deve existir certa previsibilidade e racionalidade nas decisões judiciais, ou, em suas palavras, "[i]rrational decisions or decisions influenced by nonjudicial considerations are avoided. If totally capricious decisions are always rendered, that provides predictability of a sort, but business planning and risk assessment suffer." (Sherwood, 1994, p. 104) Em terceiro lugar, o judiciário tem que ser eficiente, isto é, os casos devem ser resolvidos em um período razoável de tempo. E, por fim, as decisões das cortes devem ser proporcionais aos danos infringidos pela parte culpada.

Os autores consideram que para que seja possível atingir as características acima elencadas há que se observar algumas precondições importantes. Entre elas, os autores listam: a presença de juízes competentes e imparciais; leis bem concebidas e claramente enunciadas; existência de recursos (físicos e financeiros) adequados às necessidades das cortes; procedimentos balanceados (direito de

apelação às decisões das cortes inferiores e decisões administrativas); plena informação pública (conhecimento das leis); e uma definição clara do papel das cortes.

É necessário observar que algumas das críticas de Castelar Pinheiro (2000) se aplicam no caso de Sherwood et al (1994). Percebe-se que várias das características elencadas pelos autores são muito genéricas e conflitantes. Mais adiante em seu trabalho, os autores tentam obter critérios objetivos para avaliar o custo das falhas do sistema judicial. Entretanto, há dificuldades inerentes ao fazer tal tentativa, uma vez que muitas vezes se estaria tentando medir o que não existe, isto é, a diferença entre o estado atual e o estado “potencial” no qual tal problema estaria resolvido ou mitigado.

Dos resultados desejáveis relacionados por Sherwood et al (1994), vale uma revisão mais detalhada do segundo, a previsibilidade das decisões, que seria, na realidade, divisível em dois fatores diferentes: a segurança jurídica e viés (ou ausência de viés) nas decisões judiciais. Segundo Yeung, existe na literatura certa confusão entre esses dois fatores:

Um alto nível de insegurança significa que as pessoas têm muita incerteza sobre a forma como os tribunais decidirão um caso, mesmo que casos idênticos já tenham sido julgados no passado. (...) Por outro lado, viés judicial refere-se a um fenômeno diferente. Ele implica razões, implícitas ou explícitas, que fazem os juízes decidirem de forma consistente a favor de (ou contra) certos grupos de indivíduos da sociedade, mesmo que as evidências e/ou regras contratuais indiquem que a decisão deveria ser do contrário. (YEUNG, 2010, p. 166, 167).

Assim, o fenômeno que Sherwood et al (1994) chama de “previsibilidade nas decisões judiciais” inclui tanto a segurança jurídica quanto o não-viés das decisões judiciais. Entretanto, é grande a dificuldade de se identificar e medir estes dois fatores nas decisões das cortes. Isso ocorre porque, se existe segurança jurídica, o que determinará o resultado de um caso serão as especificidades de cada caso, além da lei vigente e dos precedentes existentes. Logo, em uma decisão judicial que desafie o precedente, não é possível aferir se esta não seguiu o precedente devido a uma “*nonjudicial consideration*” ou se, de fato, o precedente invocado não se aplicava àquele caso.

Esta característica aponta uma potencial dificuldade empírica em trabalhos que tentam medir o viés das decisões dos juízes e a segurança jurídica. Como é muito difícil (senão impossível) saber o resultado “correto” ou “não-viesado” de uma decisão judicial, é inexequível medir diretamente estes dois fatores, quanto mais diferenciá-los. Desta forma, a literatura recorre a modos indiretos para medir a insegurança jurídica e o viés das decisões.

Quanto à insegurança jurídica, uma medida muito utilizada pela literatura é o quanto as decisões das cortes inferiores são revertidas nas instâncias superiores (vide, por exemplo, Yeung (2010) e Schneider (2005)). Assim, apesar de não ser possível verificar a segurança jurídica dentro de uma instância, é possível aferir a “qualidade” do judiciário como um todo com esta medida. A lógica é simples. Supõe-se que os juízes das instâncias superiores são mais qualificados que os das instâncias inferiores e, portanto, suas decisões são mais “corretas”. Logo, se em um judiciário as decisões das cortes inferiores são revertidas com pouca frequência, é evidência que este judiciário possui maior nível de segurança jurídica.

Não é difícil perceber as deficiências desta medida. Se a suposição feita está errada, isto é, se os juízes das instâncias superiores não são mais qualificados do que os das instâncias inferiores, não há como se concluir se haverá mais ou menos decisões revertidas. Isto porque pode ocorrer que as decisões das instâncias inferiores sejam relativamente “boas” e os juízes das instâncias superiores não precisam revertê-las. Por outro lado, pode ser que os juízes de ambas as instâncias sejam igualmente ruins e decisões são revertidas ou não independentemente de sua “qualidade”.

Já quanto ao viés das decisões jurídicas, a situação é igualmente precária. Como já mencionado, não há como medir objetivamente o viés de cada decisão, pela impossibilidade de se apresentar o resultado “correto” - se é que este existe. Entretanto, existe uma vasta literatura, especialmente nos Estados Unidos¹, que analisa as decisões dos juízes em busca de padrões, ou seja, procura diversos tipos de tendências nas decisões judiciais. Isto é feito verificando se há mudanças no padrão de decisões de acordo com a característica de interesse. Há, por exemplo, trabalhos que verificam se existe viés racial nas decisões criminais (Everett e

¹ Também há exemplos em outros países, como Ramseyer e Rasmusen (1997) no Japão, Saltzberger e Fenn (1999) no Reino Unido e Lambert-Mogiliansky, Sonin e Zhuravskaya (2007) na Rússia.

Wojtkiewicz (2002), Zeisel (1981) e Kennedy (1988)), que verificam se juízes mulheres tendem a decidir mais em benefício das mulheres (Grezzana (2011)), entre outros.

A análise do viés nas decisões judiciais é particularmente importante, uma vez que, para o compromisso de não expropriação da propriedade privada pelo Estado ser crível, é necessário que as cortes sejam o veículo imparcial das disputas entre o Estado e seus cidadãos. Caso as cortes decidam sistematicamente a favor do Estado, muitas vezes em desconformidade com a lei, o equilíbrio de forças entre Estado e cidadão, já tão precário em condições normais, seria danosamente desfeito. As consequências de tal desequilíbrio seriam particularmente nocivas para o desenvolvimento econômico, uma vez que o compromisso da garantia legal do investimento privado estaria prejudicada. Esta proposição é particularmente clara em North e Weingast (1989), na seguinte passagem: “[f]or economic growth to occur the (...) government must not merely establish the relevant set of rights, but must make a credible commitment to them.” (p. 803, grifos nossos).

No Brasil, a literatura que investiga a presença de viés nas decisões judiciais ainda é recente e limitada. Uma das primeiras hipóteses veiculadas neste sentido foi em Arida, Bacha e Lara-Rezende (2005). Segundo os autores, a persistência das altas taxa de juros e ausência de um mercado doméstico de crédito de longo prazo no Brasil se deve principalmente à “incerteza jurídica” que inibe que tais transações ocorram dentro da jurisdição das cortes brasileiras. A crítica de Yeung (2010), de que a literatura frequentemente confunde os conceitos de incerteza jurídica e viés judicial, se aplica com particular acuidade à Arida, Bacha e Lara-Resende (2005). Nas palavras dos autores, “It is an uncertainty of a diffuse character that permeates the decisions of the executive, legislative, and judiciary and manifests itself predominantly as an anti-saver and anti-creditor bias.” (p. 9). Ou seja, segundo os autores, a “incerteza judicial” se manifestaria através de um viés anti-credor e anti-poupador.

Entretanto, os autores não apresentam evidências empíricas para corroborar suas hipóteses, o que se tornou um dos objetivos do trabalho de Yeung (2010). Neste trabalho, obtendo evidências empíricas das decisões das cortes brasileiras, a autora não encontrou evidências inequívocas da hipótese de Arida, Bacha e Lara-Rezende (2005).

Além destes, alguns trabalhos recentes verificam a presença de outros tipos de viés nas decisões das cortes brasileiras. Podemos citar, por exemplo, Grezzana (2011), que mede o viés de gênero nas decisões do Tribunal Superior do Trabalho. Além deste, podemos também citar Jaloretto e Mueller (2011), que verifica se o conteúdo político das indicações ao Supremo Tribunal Federal (STF) tem algum impacto nas decisões deste tribunal. Outro trabalho que tem como instrumento a análise das decisões do STF é Arlota e Garoupa (2012). Aqui, os autores examinam as decisões da corte em casos em que há conflitos entre a União Federal e os Estados para verificar se o fato de um determinado presidente ter indicado certo Ministro do STF tem influência nas decisões deste Ministro.

Dentre os diversos tipos de viés nas decisões judiciais já citados, como viés de gênero, raça, orientação política, etc., um que parece se sobrepôr em relevância é o viés político. Como já dito anteriormente, um dos papéis mais fundamentais do judiciário é a intermediação de interesses entre o Estado e seus cidadãos. Se os juízes têm motivações políticas, este papel poderia ser comprometido, uma vez que os cidadãos não poderiam mais confiar na imparcialidade dos juízes em suas disputas com o governo.

É ponto pacífico na literatura que o executivo influencia de algum modo as decisões dos tribunais e esta influência já foi objeto de análise empírica de diversos autores. Pode-se citar, por exemplo, Carporale e Winter (1998) e Spiller e Gely (1992) que analisam as decisões da Suprema Corte dos EUA e Salzberger e Fenn (1999) que verificaram padrões nas decisões do *Court of Appeal* britânica.

Assim, surge a questão de como se dá a influência política do executivo sobre as cortes. O mecanismo mais evidente é o da indicação². Nos países nos quais os membros das cortes são indicados pelo executivo, a influência se daria no momento da indicação, no processo de barganha política que o precede e posteriormente dependeria da discricionariedade do executivo para remover um juiz uma vez que ele foi indicado. No Brasil, assim como em vários outros países como Estados Unidos e Argentina, o executivo tem bastante liberdade para indicar os membros da Suprema Corte. Entretanto, uma vez indicado, é extremamente difícil remover um juiz: nos Estados Unidos, isto nunca aconteceu; no Brasil, apenas nos períodos ditatoriais do século XX. Assim, poder-se-ia argumentar que, como é praticamente

² Outros poderiam ser citados, como o controle do orçamento do judiciário e a fixação de mandatos para seus membros.

impossível remover um juiz da Suprema Corte, este é imune de pressões políticas. Afinal de contas, por pior que seja o processo de barganha política anterior à indicação, uma vez indicado o juiz está absolutamente livre para julgar como bem entender, dado que uma ameaça de exoneração por parte do executivo não seria crível.

Contudo, existe uma abundância de evidências empíricas (e.g. Carporale e Winter, 1998) para a Suprema Corte americana de que pressões políticas podem alterar o modo que os juízes decidem. Entretanto, nestes trabalhos os autores normalmente consideram que a influência política se dá no momento da indicação, isto é, um presidente Republicano irá indicar um juiz “conservador”, enquanto um presidente Democrata indica um juiz “liberal”. Logo, não importa qual é o presidente que atualmente está no governo: se determinado juiz foi indicado por um presidente Democrata, ele irá votar de modo mais “liberal” seja qual for o partido que está na Casa Branca no momento. Portanto, a influência política se dá por meio das preferências do presidente que indica o juiz.

Os autores chamam de influência política (ou viés político) o que neste trabalho será referido por “efeito indicação”, isto é, o efeito de transmissão (ou seleção) de preferências que ocorre quando um presidente da república escolhe um juiz para ocupar uma vaga na Suprema Corte. Há, entretanto, outro elemento com potencial de distorcer a atividade judicante, porém não mencionado na literatura, aqui denominado “efeito estratégico”. Este efeito ocorre quando o juiz muda de comportamento de acordo com o partido que está no governo, isto é, se o juiz foi indicado por um presidente do Partido A, ele votará a favor do governo enquanto este partido estiver no poder. Se, por acaso, o Partido B é eleito e passa a ocupar o governo, este juiz indicado pelo Partido A passará a votar contra o governo. Note que, neste caso, o efeito é diferente do “efeito indicação”. No “efeito indicação”, se o Partido A é estatista, um juiz indicado por um presidente do Partido A deverá ter um viés estatista e assim votará independentemente de quem está no poder.

Pode-se dizer que, qualitativamente, o “efeito estratégico” é mais prejudicial à qualidade do judiciário do que o “efeito indicação”. Se o “efeito estratégico” está presente, isto significa que os juízes usam de seu cargo estrategicamente para favorecer o partido do presidente que o indicou. Já o “efeito indicação” é um efeito de preferências. Se considerar-se que o presidente da república foi eleito pela maioria da população, então suas preferências representam as da maioria da

população. Logo, por transitividade, um juiz que tenha as mesmas preferências que o presidente terá as mesmas preferências da parcela da população que elegeu tal presidente.

Como já mencionado na Introdução, este trabalho, explorando uma peculiaridade institucional do Brasil, tentar-se-á verificar a presença destes dois efeitos nas decisões do judiciário: o “efeito indicação” e o “efeito estratégico”. Entretanto, primeiramente é necessário analisar com mais detalhe o funcionamento do judiciário brasileiro e explicitar qual é esta diferença institucional fundamental que permeará a análise econométrica deste trabalho.

2.2. O Judiciário no Brasil

2.2.1. Origens Históricas

As origens da estrutura do judiciário brasileiro remontam ao período colonial e imperial. Quando colônia de Portugal, o Brasil importou seu sistema judiciário, com as devidas adaptações devido às necessidades locais e ao *status* de colônia. Nesta época, a instância mais elevada do judiciário brasileiro era a chamada Casa de Suplicação, órgão instalado em Lisboa que tinha como função a harmonização da interpretação das leis portuguesas em Portugal e suas dependências ultramarinas. Em terras brasileiras, o Governo-Geral criou, em 1609, o Tribunal de Relação do Brasil, um tribunal de segunda instância para revisar as decisões dos juízes das diversas comarcas. Esta corte foi fundamental para o desenvolvimento do judiciário no Brasil, permanecendo ativa e relevante até ser extinta pela Constituição de 1891 (Lopes e Rios, 2009).

A independência não modificou imediatamente a estrutura do judiciário brasileiro. Apesar da criação do Supremo Tribunal de Justiça em 1824, este continuaria convivendo com a Casa de Suplicação (sediada no Rio de Janeiro desde a transferência da Corte para esta cidade em 1808) por vários anos. Além disso, a burocrática estrutura com diversos tipos de juízes, ouvidores, que dava muito poder aos senhores locais permanece, neste período inicial, praticamente inalterada. Entretanto, ao longo do período monárquico, especialmente na Regência e no

Segundo Reinado, vários avanços na estrutura legal, bem como no judiciário, propiciaram a descentralização e facilitação ao acesso à justiça.

Todavia, a maior parte das características do judiciário como o conhecemos hoje se deve aos avanços propiciados pelos reformistas liberais da primeira república. Impregnados pelos ideais americanos e inspirados por seu sistema de *checks-and-balances*, os idealizadores da primeira Constituição republicana tentaram implementar um sistema semelhante ao americano mas sem, ao mesmo tempo, romper totalmente com o passado lusitano. Desta forma, manteve-se o direito codificado (*civil law*, em contraponto com a *common law* anglo-saxã), mas alterou-se profundamente a estrutura do judiciário.

O Decreto 848 de 1890 estabeleceu os critérios para a construção do judiciário na nascente república, critérios estes que seriam replicados na primeira Constituição republicana, datada de 1891. Aqui foi criada a Justiça Federal, similar à americana, para tratar dos assuntos de interesse da União e, como seu tribunal de apelação, o Supremo Tribunal Federal (STF). Note que o STF tinha dois papéis fundamentais: o de agir como corte constitucional e o de ser uma corte de apelação para a Justiça Federal (vide artigo 59).

Ao longo do século XX e das seis constituições vigentes no período (1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1988) a estrutura do judiciário foi em muito alterada, mas muitos dos fundamentos presentes em 1891 se mantêm até hoje.

2.2.2. Estrutura e Funcionamento

No Brasil, a justiça é gerida, em sua maior parte, pelos governos estaduais, que são responsáveis pelos tribunais de primeira instância e pelos tribunais de apelação de segunda instância. Paralelamente à justiça estadual, existem algumas estruturas específicas para receber determinados temas. Existem quatro destas estruturas: a Justiça do Trabalho, que lida exclusivamente com questões trabalhistas; a Justiça Federal, que trata apenas de casos nos quais a União Federal (incluindo suas autarquias e empresas estatais) é parte ou tem interesse; a Justiça Eleitoral, que julga causas relativas à legislação eleitoral; e a Justiça Militar. Cada

uma destas estruturas possui suas varas de primeira instância e tribunais de apelação.

Na Justiça Federal, que é de grande importância para este trabalho, os tribunais de apelação são denominados Tribunais Regionais Federais (TRFs). Estes são divididos em cinco regiões: a primeira corresponde a toda a região norte do Brasil, além de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Maranhão e Piauí; a segunda corresponde a Rio de Janeiro e Espírito Santo; a terceira corresponde a São Paulo e Mato Grosso do Sul; a quarta a toda a região sul; e, por fim, a quinta corresponde ao nordeste excluindo Maranhão, Bahia e Piauí.

Os membros dos TRFs, assim como dos Tribunais de Justiça estaduais (TJs) são juízes de carreira, sendo um quinto reservado a advogados e membros do Ministério Público, de acordo com o artigo 94 da Constituição Federal. A promoção da primeira instância para os tribunais ocorre de acordo com vários critérios, como antiguidade e mérito. Já a seleção dos membros pelo quinto é feita por lista tríplice elaborada pelo próprio tribunal, que a encaminha para o Executivo para a escolha.

Os TRFs foram criados pela Constituição de 1988 (artigo 27 das Disposições Transitórias) como substituição ao antigo Tribunal Federal de Recursos (TFR), que era, até então, a segunda instância da Justiça Federal.

Outra criação original dos constituintes em 1988 foi o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Este novo tribunal, apesar de herdar os ministros do antigo TFR, tem uma atribuição totalmente diferente, como veremos adiante.

No topo da organização do judiciário, a Constituição de 1988 instalou duas instituições separadas e independentes entre si, o STF e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Hierarquicamente (*de facto*, não *de jure*) pode-se dizer que o STF encontra-se acima do STJ, uma vez que o Supremo pode reverter uma decisão do STJ, mas não vice-versa. Entretanto, dentro de suas competências, cada um dos tribunais encontra-se no ápice de sua respectiva hierarquia.

O STF é uma corte constitucional, ou seja, sua função é zelar pelo cumprimento da Constituição Federal. Já o STJ é uma corte recursal, e sua função é harmonizar o cumprimento das leis federais no território nacional. Antes da Constituição de 1988, o STF acumulava ambas as funções, mas devido à sobrecarga do sistema legal que já era problema na época, decidiu-se criar o STJ com parte das antigas atribuições do STF. Assim, ao menos teoricamente, as competências dos tribunais hoje encontram-se bem divididas (vide artigos 102 e 105

da CF): o STF é a última palavra em assuntos constitucionais e o STJ em assuntos infraconstitucionais.

No entanto, como argumentam os autores do Relatório “Supremo em Números”, o constituinte em 1988 optou por tornar matéria constitucional temas que em grande parte do mundo são tratados por leis ordinárias, o que gerou uma hipertrofia da Constituição e, conseqüentemente, uma enorme sobrecarga da corte constitucional (o STF).

Desta forma, pode-se dizer que a distinção pretendida entre uma corte constitucional e outra recursal não funciona bem no Brasil, uma vez que a quantidade de matéria constitucional é tão extensa que o STF acaba agindo muito mais como uma corte recursal. Conforme o Relatório “Supremo em Números”, a parte “puramente” constitucional da carga de processos do STF, ou seja, Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) e processos afins correspondem a apenas 0,51% de todos os processos que passaram por esta corte entre 1988 e 2009. Já a parte recursal (que inclui agravos, embargos, além do Recurso Extraordinário (RExt)) correspondeu a 91,69% do movimento desta corte neste mesmo período. Assim, conforme o Relatório, “quantitativamente, (...), o Supremo não é uma “corte constitucional” no sentido original em que esse tipo de instituição foi pensada (...), está muito mais próximo de uma “corte recursal suprema”” (2011, p. 21).

Além da diferente competência dos tribunais, o STF e STJ se diferem em vários outros aspectos. Por exemplo, no STF temos 11 ministros que se dividem em duas turmas. Já no STJ, temos 33 ministros que se dividem em 3 seções (6 turmas) de acordo com o tipo de matéria a ser julgada. No entanto, no contexto deste trabalho, uma das diferenças fundamentais entre o STF e o STJ é o modo de indicação de seus membros.

A Constituição Federal, em relação ao STF define que:

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Já quanto ao STJ, o texto da Constituição é diferente:

Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I - um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

II - um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94. (grifos nossos)

Assim, fica evidente uma importante distinção no que diz respeito ao modo de indicação dos membros das duas cortes. Enquanto no STF a única restrição à indicação presidencial (além da de idade e naturalidade, ambas comuns ao STJ) é a nebulosa “notável saber jurídico e reputação ilibada”, no STJ temos proporções bem definidas em relação à origem dos futuros Ministros.

Argumenta-se, portanto, que esta distinção legal da possibilidade de indicação a estes tribunais faz com que o STJ seja menos suscetível à influência política do que o STF. Isto porque o presidente da república não é totalmente livre para decidir quem indica ao STJ (diferentemente do STF). E mais, como podemos inferir da passagem destacada acima, é o próprio STJ que produz as listas tríplices que serão encaminhadas ao presidente. Ou seja, existe um processo político interno do tribunal para decidir quais nomes irão para uma determinada lista tríplice (eleições, como será visto adiante). Mas, para a validade do argumento, não importa, a princípio, exatamente qual é este processo político. A única restrição é que o presidente da república não tenha influência nele, o que parece muito razoável. Se o presidente pudesse influenciar o processo interno dos tribunais, ele poderia escolher para a lista tríplice apenas nomes que o agradessem, assim tendo um peso no processo de indicação maior do que cabe a ele constitucionalmente, mas, como veremos, isto não é possível.

Além disso, a realização de eleições internas no STJ para a escolha os nomes que vão à lista tríplice torna ainda mais distinto o processo de indicação a este tribunal. Os artigos 10 inciso VI, 26 e 27 do regimento interno do STJ instituem e disciplinam o funcionamento das eleições internas para compor a lista tríplice. Percebe-se que este mecanismo é importantíssimo, uma vez que a escolha do

Presidente da República está condicionada à seleção prévia dos atuais Ministros da corte, assim reduzindo a possibilidade de influência do executivo neste tribunal.

Desta maneira, o processo de indicação distinto tem implicações sobre o grau de autonomia de cada corte e, portanto, sobre a eficácia do judiciário em exercer seu papel de intermediar as relações do Estado com seus cidadãos. Pode-se esperar que, tudo o mais constante, as decisões do STF sejam mais sujeitas a influências do executivo do que as decisões do STJ.

3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA

3.1. Questões e Hipóteses

Como visto na Seção 1, o principal propósito deste trabalho é identificar a presença de viés político nas decisões das mais altas cortes brasileiras. Para executar tal tarefa, é necessário primeiramente formular as hipóteses e os modelos que serão construídos e futuramente estimados com a os dados coletados das decisões dos tribunais (vide Seção 3.3 para detalhes das bases de dados). Assim, formulamos três perguntas fundamentais:

Q1: As decisões das cortes superiores brasileiras são sujeitas a influências políticas?

Q2: Esta influência política é mitigada pela restrição à indicação presidencial que existe no caso do STJ?

Q3: Os juízes das cortes superiores do Brasil fazem uso estratégico de seus cargos?

Para que seja possível responder estas perguntas é necessário fazer algumas suposições que não podem ser testadas diretamente.

A primeira delas é que as decisões do STF e STJ são comparáveis, isto é, é possível, dentro de um mesmo tópico, comparar decisões finais (acórdãos) de ambas as cortes. Para que tal comparação seja plausível, unificou-se tanto o assunto quanto o tipo de processo em cada corte. A escolha de um tema específico não é novidade na literatura. Salzberger e Fenn (1999), por exemplo, optaram pelo direito público. Neste caso o tema escolhido o direito tributário, uma vez que nele é trivial encontrar o sentido do interesse do governo (afinal, é razoável supor que o governo sempre quer arrecadar mais). Já quanto ao tipo de processo, selecionou-se apenas Recursos Especiais (REsp) no STJ e Recursos Extraordinários (RExt) no STF.

A escolha por estes dois tipos de processos se deve ao fato que estes são os recursos “comuns” de cada corte, isto é, o modo “usual” de um processo vir a ser

analisado por uma destas cortes. Naturalmente, há muitas outras vias de entrada a estes tribunais como, por exemplo, o Agravo de Instrumento (STF e STJ) e as diversas ações de constitucionalidade no STF (Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, Ação Declaratória de Constitucionalidade, etc.)³. Entretanto, considera-se que, embora muitos casos relevantes sejam decididos por outras vias, o REsp e o RExt concentram uma alta proporção dos casos julgados pelas duas cortes (de acordo com o Relatório Supremo em Números, o RExt corresponde a quase metade da demanda da corte) e, como já dito, são de especial importância. Desta forma, foram selecionados estes dois tipos de recurso para que seja possível fazer a comparação das decisões das duas cortes.

Ainda, há que se fazer uma importante distinção. Um advogado, ao argumentar seu caso perante estas duas cortes, teria que fazer uma argumentação diferente se seu recurso fosse um REsp para o STJ ou um RExt ao STF. Isto porque, como visto na Seção 2.2.2, a competência e função das duas cortes é diferente, o STF é uma corte constitucional e o STJ uma corte infraconstitucional. Assim, o advogado, ao argumentar perante o STJ, teria que convencer os ministros que a decisão recorrida infringe alguma lei federal. Por outro lado, se a argumentação é perante o STF, o tipo de arguição é diferente, no sentido do acórdão recorrido infringir uma norma constitucional.

Entretanto, como exposto na Seção 2.2, a Constituição Federal, devido à sua extensão monumental, acaba permitindo que o tipo de argumento do RExt seja muito mais próximo do argumento de um REsp do que se imaginaria à primeira vista. Logo, a simplificação aqui feita ao comparar os dois tipos de recurso não é necessariamente problemática.

Outra hipótese importante que deve ter ressaltada tem ligação com o tipo de comportamento que se espera dos juízes dessas cortes. Sabe-se que os Ministros do STF e STJ tem uma carga de trabalho impraticável e a grande maioria dos casos são delegados a uma vasta legião de assessores. Entretanto, para que a base de dados coletada represente o que se deseja, as preferências dos Ministros, há que se supor que, em cada caso, o Ministro Relator tenha empregado um mínimo de cognição. Assim, se houve raciocínio empregado na decisão dos recursos, as

³ O Relatório "Supremo em Números", por exemplo, lista mais de 50 vias de entrada no STF.

preferências dos Ministros (e, em especial, do relator do recurso) estão bem representadas pelos acórdãos coletados.

Logo, a partir das hipóteses aqui formuladas, pode-se elaborar métodos para testar empiricamente as questões Q1 a Q3 propostas. Assim, para se testar a validade da Q1, o que se propõe é a equação dada pelo modelo (1).

$$Dummygov = \alpha + \sum_{i=1}^M \beta_i Dummypresidente_i + \sum_{k=1}^K \gamma_k Controles + \varepsilon \quad (1)$$

Em que *Dummygov* é uma variável binária que indica se a decisão do recurso foi a favor ou contra o governo e as *dummies* de presidente (para $M+1$ presidentes) indicam por qual presidente foi indicado o relator do recurso (para definições mais detalhadas das variáveis, vide Seção 3.4). Assim, se os presidentes conseguem transmitir suas preferências aos ministros que indicam para as cortes superiores (efeito indicação), os parâmetros β_1 a β_M vão estar de acordo com o posicionamento político do presidente representado. Isto significa que, por exemplo, se existe um presidente que tem um posicionamento político “liberal”, um ministro indicado por este presidente deverá favorecer mais as partes privadas em suas disputas com o Estado. Além disso, podem ser incluídas no modelo (1) K variáveis controle, cuja função é levar em conta diversas características do recurso e de seu relator (para mais detalhes, vide Seção 3.4.).

A próxima pergunta, Q2, deriva das diferenças institucionais no que diz respeito ao modo de indicação de membros das duas cortes conforme notado na Seção 2.2. A hipótese é que, como o executivo tem menos discricionariedade ao escolher os Ministros do STJ do que do STF, o STJ estará menos sujeito a influências políticas do que o STF. Assim, propõe-se a especificação (2) para testar Q2:

$$Dummygov = \alpha + \sum_{i=1}^M \delta_i DummySTF * Dummypresidente_i + \sum_{i=1}^M \beta_i Dummypresidente_i + \sum_{k=1}^K \gamma_k Controles + \varepsilon \quad (2)$$

Em que a *DummySTF* é uma variável binária que indica que determinado recurso foi julgado pelo STF. As demais já foram definidas anteriormente. Desta maneira, neste caso os coeficientes de interesse seriam δ_1 a δ_M . Aqui, a significância estatística destes parâmetros indica se os Ministros do STF são, em média, mais suscetíveis a influências políticas do que os do STJ.

Por fim, para testar a última questão (Q3), propõe-se a utilização da especificação dada pela equação (3).

$$\begin{aligned}
 Dummygov = & \alpha + \sum_{i=1}^M \beta_i Dummypresidente_i + \sum_{i=1}^M \delta_i DummySTF * Dummypresidente_i \\
 & + \sum_{i=1}^M \theta_i DummyPT * Dummypresidente_i \\
 & + \sum_{i=1}^M \varphi_i DummyPT * DummySTF * Dummypresidente_i \\
 & + \sum_{k=1}^K \gamma_k Controles + \varepsilon
 \end{aligned} \tag{3}$$

Em que a *DummyPT* é uma *dummy* construída de tal maneira que represente os casos que são do interesse do governo do PT. De forma idêntica, poderia ter sido construída uma *DummyPSDB*, uma vez que o resultado final seria análogo. Nesta especificação, o parâmetro que denotaria o uso estratégico dos cargos dos juízes é o φ_i , $i=1, \dots, M$.

Os modelos propostos para testar as perguntas Q1 a Q3 são modelos de escolha discreta, uma vez que a variável *Dummygov* assume apenas os valores 0 e 1. Este tipo de modelo pode ser estimado com algumas técnicas econométricas diferentes, sendo que as mais comuns na literatura relevante são o *Probit* e o *Logit*. A diferença básica entre estes dois modelos é a suposição que se faz em relação à forma funcional da regressão. No *Probit*, se supõe esta é uma distribuição Normal, enquanto no *Logit* a suposição é que é uma Logística. Neste caso, foi selecionado o *Probit* para a estimação dos modelos (para os resultados, vide Seção 4). Para mais detalhes sobre os modelos de escolha discreta vide, por exemplo, Amemiya (1981).

3.2. As Bases de Dados

Para realizar os testes propostos na Seção 3.1 se faz necessária a compilação de bases de dados com decisões tomadas pelos dois tribunais em análise. Não existe, no Brasil, uma base de dados de decisões judiciais consolidada de acesso público, o que torna necessária a verificação dos casos um a um pelas ferramentas disponibilizadas online pelos tribunais.

Tanto o STF quanto o STJ disponibilizam online suas decisões com pouco ou nenhum atraso em relação à data do julgamento. Há três formas pelas quais as decisões podem ser acessadas online: pela ferramenta de “Pesquisa de Jurisprudência”, pela “Revista Trimestral de Jurisprudência” (no STF, já no STJ há a “Revista Eletrônica de Jurisprudência”) e pelo “Diário da Justiça Eletrônico”. Aqui optou-se por realizar a coleta de dados por meio da ferramenta “Pesquisa de Jurisprudência”. Esta decisão ocorreu por duas razões principais. A primeira delas foi que o “Diário da Justiça Eletrônico” só começou a ser publicado em 1997, então para verificar decisões anteriores a esta data seria necessário verificar a versão impressa do “Diário da Justiça”, o que dificultaria demasiadamente a compilação dos casos relevantes. Em segundo lugar, tanto a “Revista Trimestral de Jurisprudência” quanto a “Revista Eletrônica de Jurisprudência” e o “Diário da Justiça Eletrônico” estão disponíveis apenas no formato PDF, o que dificulta uma pesquisa por palavras-chave. Logo, a “Pesquisa de Jurisprudência” se mostrou ser a ferramenta mais útil para encontrar casos que se encaixem nos critérios preestabelecidos.

A “Pesquisa de Jurisprudência”, contudo, também tem suas limitações. Esta ferramenta pesquisa as palavras-chave escolhidas não no conteúdo inteiro do processo ou do acórdão, mas em uma página chamada “resumo estruturado”, que contém apenas informações selecionadas. No STF, o resumo estruturado possui os seguintes campos: número do processo, tipo de processo, relator, órgão julgador, data do julgamento, publicação, parte(s), ementa, decisão, indexação, legislação, observação e acórdãos no mesmo sentido. Já no STJ, possui os seguintes campos: processo (que contém o número e tipo de processo), relator, órgão julgador, data do julgamento, data de publicação, ementa, acórdão, referência legislativa, veja e sucessivos.

Note que há uma diferença importante. No resumo estruturado do STF há o campo “partes”, no qual são listados o recorrente e o recorrido de cada caso, mas não há informação equivalente no resultado da pesquisa no STJ. Nele, é necessário verificar outra página, a de “Acompanhamento Processual”, que dá informações mais detalhadas do processo, para obter esta informação. Isto tem uma consequência prática muito importante para o prosseguimento da pesquisa. Entre as palavras-chave escolhidas para a pesquisa na ferramenta “Pesquisa de Jurisprudência” do STJ, não deve-se incluir os termos “união” ou “fazenda nacional”, pois, dado que as partes não são listadas no resumo estruturado, ao incluir estes termos na pesquisa se incorreria no risco de excluir informações relevantes, isto é, casos que tem a União, Estados ou a Fazenda Nacional como partes, mas não há a menção a estes termos no resumo estruturado.

Há outro problema com a ferramenta “Pesquisa de Jurisprudência”. No STF, há o seguinte aviso nesta página: “Esta base contém apenas decisões selecionadas”. Isto significa que não estão disponíveis nesta ferramenta de pesquisa todos os casos já decididos pelo STF. Assim, surge a questão de qual é o critério de decisão para incluir ou não os casos nesta base de dados eletrônica. Evidências (vide, por exemplo, Veçoso et al, 2012) sugerem que o critério é o da relevância/inação jurídica. Desse modo, um caso que seja o primeiro de certa questão a ser julgado deve aparecer na base de dados eletrônica, enquanto um caso que é, em grande parte, apenas repetição de outro anterior não deve estar presente nesta base de dados. Ainda, muitas vezes estes acórdãos repetidos estão listados como “acórdãos no mesmo sentido” na página do acórdão “principal”.

A princípio, tal “seleção” de casos não é um problema para a análise aqui proposta, uma vez que não há nenhuma razão para crer que esta seleção prévia empregada pelo próprio tribunal gere algum tipo de viés nos dados. Se o critério é, de fato, o da relevância jurídica, não há porque imaginar que estes casos tenham, na média, características diferentes dos que não foram incluídos na base de dados.

Já no STJ não há este problema. Lá, a ferramenta “Pesquisa de Jurisprudência” disponibiliza a totalidade dos casos julgados por esta corte (vide Veçoso et al, 2012, p. 19). Também são listados no campo “sucessivos” possíveis acórdãos que seguirem um acórdão “principal”.


3.3. A Coleta dos Dados

De acordo com o proposto na Seção anterior, a coleta dos dados foi feita a partir da ferramenta “Pesquisa de Jurisprudência” disponível online nos websites dos dois tribunais.

No STJ, a “Pesquisa de Jurisprudência” possui diversos campos que permitem afunilar a pesquisa de acordo com vários parâmetros. Como se pode observar na Figura 1, há o campo “Pesquisa Livre” que permite pesquisar palavras-chave em todos os campos do resumo estruturado. Também existe o campo “Ementa/Indexação” que pesquisa apenas na ementa dos acórdãos. Note que no campo Ementa localizado no “resumo estruturado” dos acórdãos há apenas palavras-chave que descrevem em linhas gerais o conteúdo do acórdão. Desta forma, este campo é muito útil para selecionar acórdãos por tema (direito tributário, penal ou trabalhista, por exemplo). Os campos “Data” são úteis se é necessário encontrar acórdãos em um determinado período. Como veremos mais a diante, isto será necessário.

Jurisprudência

Pesquisa Livre:

☒ Ativar explicações 

☐ Mostrar lista resumida

☐ Pesquisar sinônimos

☐ Apenas acórdãos de Repetitivos

Pesquisa por campos específicos: Operador padrão: ☐ e ☐ adj

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☐ Decisões Monocráticas ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, [clique aqui](#)

Figura 1 – Pesquisa de Jurisprudência no STJ.

Fonte: <http://www.stj.jus.br/SCON/>

Há ainda muitos outros campos que permitem procurar acórdãos pelo nome do ministro relator, pela legislação envolvida, ou pelo órgão que julgou o recurso. No entanto, para esta pesquisa, somente será necessária a utilização dos três campos já descritos: Data, Ementa/Indexação e Pesquisa Livre.

Nesta pesquisa optou-se por selecionar apenas um tipo de recurso no STJ, o Recurso Especial (REsp). Como visto na Seção anterior, esta opção se deve a uma tentativa de obter alguma homogeneidade processual nos casos em análise. Embora o REsp seja a principal via de entrada no STJ, vários outros tipos de recursos que transitam neste tribunal, como o Agravo Regimental, os Embargos de Declaração, Habeas Corpus e Mandados de Segurança, embora em menor volume. Na literatura, a opção por selecionar algum tipo de processo é feita com alguma frequência, como em Jaloretto e Mueller (2011) que em uma pesquisa no STF selecionaram apenas ADINs e Yeung (2010) que também optou pelos REsp em sua análise do STJ.

Assim, para pesquisar apenas por REsp, inclui-se no campo “Pesquisa Livre” o termo “recurso especial” seguido por “não embargo não agravo”, para excluir a maior parte dos casos em que há, por exemplo “Embargos de Declaração no Recurso Especial” ou “Agravo Regimental no Recurso Especial”. Assim, também procura-se excluir os casos que são puramente Agravos, mas que por alguma razão tiveram o termo “recurso especial” citado em algum ponto do “resumo estruturado”.

Como já referido nas seções anteriores, o objetivo deste trabalho é verificar a existência de viés político nas cortes. Para tal, é necessário identificar, em cada caso, em qual sentido vai o interesse do Estado. Levando isto em consideração, optou-se por verificar apenas casos tributários nos quais a União Federal (ou a Fazenda Nacional) são parte, assim se tornando imediata a identificação do interesse do Estado. Assim, para selecionar casos de natureza tributária, foi incluído o termo “tributário” no campo de pesquisa “Ementa/Indexação”.

Entretanto, uma pesquisa com os termos “tributário” no campo “Ementa/Indexação” e “recurso especial não agravo não embargo” no campo “Pesquisa Livre” retorna cerca de 23300 casos, o que evidentemente é excessivo para esta pesquisa. De tal modo fica evidente a necessidade de realizar uma amostragem para a pesquisa no STJ. O mesmo não será necessário no STF, mas isto será discutido mais adiante.

Assim, no caso do STJ optou-se realizar uma amostra estratificada, selecionando aleatoriamente 30 casos por ano, de 1989 a 2012. Com isso, foi obtida uma amostra de 665 casos, considerando-se que em 1989 (o primeiro ano de funcionamento do STJ) não houve nenhum caso que correspondesse aos critérios já descritos e, em 1990, apenas 5. Esta primeira pesquisa selecionou apenas casos nos quais a União é parte. Entretanto, foi detectada uma insuficiência nesta abordagem, uma vez que não seria possível observar o comportamento dos Ministros indicados pelo Presidente Lula quando outro partido está no poder. Para sanar essa limitação, foi feita uma nova amostragem, apenas com casos nos quais uma das partes é um Estado que, no momento do julgamento, era governado por um partido de oposição ao governo federal. Nesta nova amostra, selecionou-se 150 casos, referentes aos estados de São Paulo, Minas Gerais, entre outros, todos governados pela coalização PSDB-DEM no período em que o PT esteve à frente do governo federal, elevando o total de casos do STJ para 815.

Já no STF, a situação se mostrou bem diferente. Como visto na Seção anterior, não são disponibilizados na ferramenta “Pesquisa de Jurisprudência” todos os acórdãos julgados por este tribunal. Assim, uma pesquisa com termos semelhantes nesta base de dados online do STF retornou uma quantidade muito menor de resultados, cerca de 6000. Como se pode observar na Figura 2, os campos de pesquisa da ferramenta “Pesquisa de Jurisprudência” do STF são muito semelhantes ao do STJ e, como já ressaltado na Seção anterior, a única grande mudança que é relevante é que, entre os campos presentes no “resumo estruturado” estão as partes do processo.

Logo, inclui-se no campo “Pesquisa Livre” o termo “união ou fazenda nacional” (nesta pesquisa, o termo “ou” é não excludente), obtendo então cerca de 730 resultados. Entretanto, como notam os autores do “Relatório Supremo em Números”, são muitas as vias de entrada no STF (mais de 50 tipos de recursos ou ações originárias), o que faz com que exista um número altíssimo de falsos-positivos. Assim, ao eliminar estes casos, obtém-se um número final de 117 acórdãos.

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo \$ Consultar Vocabulário Jurídico (Tesauro)

Pesquisa por campo específico:

Número:

Ministro: ☐ Todos

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

ART PAR INC LET +

☒ Acórdãos ☒ Repercussão Geral ☐ Súmulas Vinculantes ☐ Súmulas

☐ Decisões Monocráticas * ☐ Decisões da Presidência * ☐ Informativo

☐ Questões de Ordem ☐ Todas

AJUDA PESQUISAR LIMPAR

* Esta base contém apenas decisões selecionadas.

Figura 2 – Pesquisa de Jurisprudência do STF.

Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>

É importante notar que, apesar de haver coletado a totalidade dos acórdãos do STF que correspondem aos critérios preestabelecidos, estes casos serão tratados como uma amostra, não como uma subpopulação. Isto ocorre, pois estes acórdãos são, de fato, uma amostra do total. A única diferença com o STJ é que lá foi feita uma amostragem aleatória e aqui a amostragem foi feita pelo próprio tribunal com o critério da relevância, conforme indicado na Seção anterior.

As decisões do STF envolvendo a União, a exemplo do que ocorreu na base de dados do STJ, não permitem observar como Ministros indicados pelo Presidente Lula votam quando outro partido está no poder. Desta maneira, também foi realizada uma nova pesquisa com os mesmos critérios, ou seja, casos envolvendo Estados governados pela oposição. Esta nova pesquisa resultou em mais 49 casos para a amostra, assim totalizando 166 casos do STF.

3.4. As Variáveis

De acordo com o que foi visto nas seções 3.2 e 3.3, coletou-se amostras de casos das duas principais cortes brasileiras, o STJ e o STF. O propósito desta coleta foi obter informações sobre os casos de modo a tornar possível a elaboração dos testes econométricos propostos na Seção 3.1. Entretanto, antes de proceder aos testes, é necessário se extrair as informações relevantes de cada caso presente na amostra.

Com este propósito, se mostrou necessário estabelecer uma lista de informações que devem ser obtidas de cada caso, de modo que a partir destas informações seja possível criar variáveis numéricas passíveis de análise estatística. Logo, com tal objetivo foram selecionadas as seguintes informações:

- Data de recebimento do recurso;
- Data de julgamento do recurso;
- Número do recurso;
- UF de origem;
- Nome do recorrente;
- Nome do recorrido;
- Relator;
- Resultado do julgamento;
- Votos divergentes.

Observe que nem todas estas informações são fundamentais para a análise proposta. Algumas delas, como, por exemplo, o número do recurso, tem como única serventia o controle, por parte do pesquisador, para que não haja duplicidade de casos na amostra. Outras, como as datas de recebimento e julgamento do recurso, não estão entre as variáveis de interesse (vide Seção 3.1), mas poderão eventualmente ser parte da especificação econométrica como variáveis controle.

Além disso, é necessário obter informações sobre o relator do processo, informações estas que não estão disponíveis na página de informações de cada caso, conforme se pode observar na Seção 3.3. Entretanto, disponíveis online nos sites dos tribunais há uma série de informações sobre os Ministros que compõem

(ou já compuseram) a corte. Assim, coletou-se as seguintes informações sobre os Ministros relatores:

- Data de nascimento;
- Data da indicação à corte;
- Presidente da República que o indicou;
- Carreira anterior;
- UF de origem;
- UF da carreira;

Novamente, nota-se que não são todas essas informações que são de interesse primordial. O dado que é fundamental e, com esta pesquisa, se torna disponível, é o Presidente que indicou o ministro relator de cada caso da amostra.

Assim, a partir das informações coletadas, criou-se uma base de dados numérica de decisões das duas cortes em análise. A maior parte das variáveis desta base de dados consiste em séries binárias, uma vez que as respostas para a maioria das questões é dada com um simples “sim” ou “não”, o que se traduz facilmente para números. Assim sendo, foram criadas as seguintes variáveis:

- Dummygov: a decisão do tribunal foi a favor da União Federal (ou Estado)? (0 para “não”, 1 para “sim”);
- Dummyref: a decisão do tribunal reformou, ao menos em parte, a decisão da instância inferior? (0 para “não”, 1 para “sim”);
- Dummyvot: a votação foi unânime? (0 para “não”, 1 para “sim”).
- Dummyop: a parte oposta à União Federal ou ao Estado é uma pessoa física? (0 para “não”, 1 para “sim”);
- Dummysf: o recuso foi julgado pelo STF? (0 para “não”, 1 para “sim”);
- Dummyest: o recurso tem como parte um Estado (Unidade da Federação)? (0 para “não”, 1 para “sim”);
- Dummygen: o relator do recurso é do gênero feminino? (0 para “não”, 1 para “sim”);
- Tempo: o intervalo de tempo decorrido entre o recebimento e o julgamento do recurso (em dias);

Dummies da origem da carreira do relator:

- Dummymcrmp: o relator do recurso teve carreira no Ministério Público (MP)? (0 para “não”, 1 para “sim”);

- *Dummycroab*: o relator do recurso teve carreira na advocacia privada? (0 para “não”, 1 para “sim”);
 - *Dummycrtj*: o relator do recurso teve carreira nos tribunais estaduais (TJs)? (0 para “não”, 1 para “sim”);
 - *Dummycrtf*: o relator do recurso teve carreira nos tribunais federais (TRFs)? (0 para “não”, 1 para “sim”);
- Dummies* de indicação presidencial do relator:
- *Dummylula*: o relator do processo foi indicado pelo Presidente Lula? (0 para “não”, 1 para “sim”);
 - *Dummyfhc*: o relator do processo foi indicado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso? (0 para “não”, 1 para “sim”);
 - *Dummyitamar*: o relator do processo foi indicado pelo Presidente Itamar Franco? (0 para “não”, 1 para “sim”);
 - *Dummycollor*: o relator do processo foi indicado pelo Presidente Fernando Collor? (0 para “não”, 1 para “sim”);
 - *Dummysarney*: o relator do processo foi indicado pelo Presidente José Sarney? (0 para “não”, 1 para “sim”);
 - *Dummyfigueiredo*: o relator do processo foi indicado pelo Presidente João Batista Figueiredo? (0 para “não”, 1 para “sim”);
 - *Dummygeisel*: o relator do processo foi indicado pelo Presidente Ernesto Geisel? (0 para “não”, 1 para “sim”).

Além destas, foram criadas 23 *dummies* de ano de julgamento, que valem 1 se o recurso foi julgado no ano em questão e 0 caso contrário.

Note que nem todas as informações coletadas foram transformadas em variáveis numéricas para posterior análise estatística.

Para facilitar a análise econométrica, optou-se por agrupar as variáveis controle em dois grupos, sendo que o primeiro grupo corresponde às características do caso e o segundo corresponde às características do relator do processo. Desta forma, o Grupo 1 corresponde às variáveis: *Dummyref*, *Dummyvot*, *Dummyop*, Tempo e as *dummies* de ano. Já o Grupo 2 corresponde a: *Dummygen*, *dummies* de carreira do relator. As variáveis de controle *Dummystf* e *Dummyest* não foram incluídas em nenhum grupo e estão presentes em todas as especificações

estimadas, dada sua importância. As variáveis que se considera como variáveis de interesse mudam a cada especificação, como já descrito na Seção 3.1. Ainda, vale enfatizar que em todas as especificações a variável dependente será a *Dummygov*.

Entretanto, antes de proceder à análise econométrica (cujos resultados se encontram na Seção 4 – Resultados), vale uma breve análise descritiva das séries construídas.

Para facilitar a análise, a amostra foi dividida entre os recursos julgados pelo STF e os julgados pelo STJ. Nas Tabelas 1 e 2 tem-se a média e o desvio padrão para cada variável construída, assim como o valor máximo e mínimo que assumem e a correlação com a variável dependente *Dummygov*.

Tabela 1 – Análise Descritiva dos Recursos do STF

	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Correlação com <i>Dummygov</i>
<i>Dummygov</i>	0,6566	0,4748	1	0	1
<i>Dummylula</i>	0,0663	0,2487	1	0	0,0906
<i>Dummyfhc</i>	0,1265	0,3324	1	0	-0,0683
<i>Dummyitamar</i>	0,0783	0,2687	1	0	0,0691
<i>Dummycollor</i>	0,4578	0,4982	1	0	-0,0994
<i>Dummysarney</i>	0,0843	0,2779	1	0	-0,0088
<i>Dummyfigueiredo</i>	0,1084	0,3109	1	0	0,0482
<i>Dummygeisel</i>	0,0783	0,2687	1	0	0,0691
<i>Dummycrmp</i>	0,1506	0,3577	1	0	-0,0502
<i>Dummycrtj</i>	0,1024	0,3032	1	0	0,0350
<i>Dummycrtf</i>	0,4458	0,4971	1	0	-0,0661
<i>Dummycroab</i>	0,3012	0,4588	1	0	0,0876
<i>Dummygen</i>	0,0723	0,2590	1	0	0,0059
<i>Dummyref</i>	0,7410	0,4381	1	0	0,1226
<i>Dummyvot</i>	0,8072	0,3945	1	0	-0,0961
<i>Dummyop</i>	0,0964	0,2951	1	0	-0,1077
Tempo	1100,2	950,8	4728	37	-0,0605

Pelos resultados da Tabela 1, observa-se que, no STF, quase metade dos casos da amostra (45,78% dos recursos) foram julgados por ministros indicados pelo Presidente Collor, o que é notável uma vez que este presidente indicou apenas 3 Ministros a esta corte (comparado a, por exemplo, 8 Ministros indicados pelo Presidente Lula).

Outra observação útil é que as correlações com a variável dependente *Dummygov* são muito baixas (a maior delas é com a variável *Dummyref*, com 0,1226).

Além disso, observa-se que, no STF, mais de a metade das decisões da corte favoreceu o governo (65,66%) e a vasta maioria foi unânime (80,72%), o que corrobora a opção deste trabalho por utilizar a indicação do relator como mecanismo da influência política⁴. Ainda, vale destaque o alto número de acórdãos reformados (ao menos parcialmente), cerca de 74%.

Tabela 2 – Análise Descritiva dos Recursos do STJ

	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Correlação com Dummygov
Dummygov	0,4957	0,5000	1	0	1
Dummylula	0,2491	0,4325	1	0	0,0418
Dummyfhc	0,3767	0,4846	1	0	-0,0516
Dummyitamar	0,0000	0,0000	0	0	N.A.
Dummycollor	0,2650	0,4413	1	0	0,0052
Dummysarney	0,0675	0,2509	1	0	0,0463
Dummyfigueiredo	0,0405	0,1971	1	0	-0,0418
Dummygeisel	0,0000	0,0000	0	0	N.A.
Dummycrmp	0,1166	0,3209	1	0	0,0375
Dummycrtj	0,1840	0,3875	1	0	-0,0213
Dummycrtf	0,4957	0,5000	1	0	0,0085
Dummycroab	0,2037	0,4027	1	0	-0,0200
Dummygen	0,1215	0,3267	1	0	0,0145
Dummyref	0,5202	0,4996	1	0	-0,0549
Dummyvot	0,9497	0,2186	1	0	-0,0637
Dummyop	0,2160	0,4115	1	0	-0,1327
Tempo	452,41	531,07	4863	14	0,0251

Já quanto ao STJ, também vale destacar alguns resultados da Tabela 2. Neste caso, a proporção de casos pró-governo é muito próxima de 50%, indicando um equilíbrio maior do que existe no STF. Também vale observar que, na amostra coletada não se observou nenhum Ministro Relator que tenha sido indicado pelos presidentes Itamar Franco e Ernesto Geisel, ao contrário do STF.

Além disso, pode-se destacar a proporção de recursos revertidos, 52,02%, que é muito menor do que a proporção observada para o outro tribunal. Esta diferença pode ter algumas explicações distintas. Uma delas é que, como no STF a inclusão dos dados na base eletrônica é pelo critério da “relevância” (vide Seção 3.2), é possível que os casos mais relevantes sejam justamente aqueles que o STF decidiu reformar e, portanto, estes aparecem com mais frequência na base de

⁴ A proporção de casos nos quais o relator foi voto vencido no STF é muito pequena, cerca de 5%. Destes, o Ministro Marco Aurélio foi o relator vencido em 77,8% das vezes.

dados. Outra possibilidade é que o STF de fato reforme com mais frequência as decisões que são a ele recorridas e, especialmente a partir da instituição da Repercussão Geral, os casos que não seriam reformados sequer são apreciados pela corte. Entretanto, as evidências de que o STF reforme as decisões com o intuito de favorecer o Estado são frágeis, uma vez que a correlação entre as variáveis *Dummygov* e *Dummyref* é apenas 0,1226.

Ainda, pelas Tabelas 1 e 2 observa-se que correlação entre as variáveis *Dummyop* e *Dummygov* é negativa (embora pequena) tanto para o STF quanto para o STJ. Isto pode ser uma indicação que as pessoas físicas são mais favorecidas em suas disputas com o governo do que empresas. Este fator pode vir da ideia jurídica da “hipossuficiência” das pessoas físicas, conforme notado por Yeung (2010).

Por fim, vale mencionar a elevadíssima proporção de decisões unânimes no STJ: 94,97%. Novamente, isto corrobora a opção feita ao tomar a indicação do relator como indicador de influência política. É interessante notar que os casos nos quais o relator foi voto vencido representam apenas cerca de 18% do total de casos nos quais houve alguma divergência. Ainda, estes representam menos de 2% do total.

4. RESULTADOS

Para responder às perguntas (Q1) a (Q3) elaboradas na Seção 3.1, elaborou-se os modelos econométricos (1) a (3) que foram testados com quatro especificações diferentes. Estas quatro especificações se devem à inclusão ou não dos dois blocos de variáveis controle, definidos na Seção 3.4.

O bloco 1 de variáveis controle inclui todas as variáveis, que não as de interesse, que estão relacionadas com características dos recursos, isto é, se a corte reformou a decisão da instância inferior, se a votação foi unânime, etc. Já o bloco 2 inclui as variáveis que representam as características do relator do processo, como sua carreira pregressa e seu gênero. Desta maneira, para cada modelo econométrico, as quatro especificações testadas foram as seguintes:

Reg1: sem controles

Reg2: apenas bloco 1 de controles

Reg3: apenas bloco 2 de controles

Reg4: ambos os blocos de controle

Vale ressaltar que em todos os modelos estimados não foram incluídas as *dummies* dos casos julgados por relatores indicados pelos presidentes militares, os quais são utilizados como base de comparação em todos os casos aqui analisados.

Antes de prosseguir com a apresentação e análise dos resultados, vale uma breve discussão acerca de quais resultados são esperados, dadas as características do judiciário brasileiro, apresentadas na Seção 2, e as hipóteses apresentadas na Seção 3.1. Há sempre que se manter em mente que, neste trabalho, foram selecionados apenas casos de matéria tributária, então o que se pode inferir a respeito da posição política destes partidos é apenas no que se refere ao furor arrecadatário do Estado, ou seja, o grau de intervenção do Estado em assuntos econômicos.

Desta forma, no que se refere ao modelo (1), espera-se que, caso exista algum efeito indicação agregado, isto é, comum ao STF e ao STJ, no que toca a indicação presidencial, os parâmetros associados às *dummies* presidenciais devem ser estatisticamente significantes. Além disso, o sinal do parâmetro deve ser condizente com a posição política dos respectivos presidentes. Ou seja, espera-se que, para presidentes de viés mais “liberal” (Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor), o sinal do parâmetro associado deve ser negativo (revelando que

os ministros indicados por estes presidentes julgam, na média, mais contra o Estado, quando comparados aos ministros indicados pelos presidentes militares).

Já quanto aos presidentes de esquerda (na amostra obtida, apenas o Lula), espera-se que o coeficiente seja não significativo, uma vez que a esquerda, historicamente, favorece um Estado forte e intervencionista, aproximando-se, nesse aspecto, ao regime militar brasileiro, que também se caracterizou por forte intervenção estatal. Desse modo, o efeito indicação não deve ser quantitativamente diferente do observado nos ministros indicados por presidentes militares, utilizados como base de comparação. Ainda, no que se refere aos ministros indicados pelos presidentes do PMDB (Itamar Franco e José Sarney), espera-se que o sinal do coeficiente associado seja não positivo, uma vez que tal partido não apresenta uma posição ideológica clara, uma vez que já fez parte de governos de posição diametralmente oposta no espectro político. Tomando-se por base de comparação os ministros indicados por presidentes militares, com perfil mais claramente estatista, os indicados por presidentes do PMDB devem apresentar coeficientes negativos ou não significantes,

No que diz respeito ao modelo (2), espera-se que, caso se observe a hipótese feita acerca da diferença da interferência política nos tribunais, os coeficientes associados à interação da *Dummystf* com as *dummies* presidenciais sejam estatisticamente significantes. Quanto ao sinal dos parâmetros, esperam-se os mesmos resultados do modelo (1), ou seja, sinal negativo para os presidentes associados à ideologia mais liberal, não significativo para os de esquerda, e fracamente negativo para os do PMDB.

Por fim, no modelo (3), espera-se que, caso se observe o efeito estratégico, os parâmetros associados à interação da *Dummystf* com as *dummies* presidenciais sejam significantes apenas dentro de sua sub-amostra. Ou seja, o coeficiente associado à interação da variável *Dummystf* com a *dummyslula* deve ser significativo apenas na sub-amostra de interesse do PT. De forma análoga, o coeficiente associado à interação da variável *Dummystf* com a *dummyfhc* deve ser significativo apenas na sub-amostra de interesse do PSDB.

Representa-se na Tabela 3 os resultados obtidos com as regressões 1 a 4 anteriormente definidas (estimadas via *Probit*, conforme a Seção 3.4) para a questão (1). É possível notar que, em todas as especificações estimadas, os parâmetros de interesse, isto é, os associados às *dummies* de presidentes, não são significativos.

Mas isto não significa, necessariamente, que o efeito indicação é nulo. Há que se levar em conta que, como já dito anteriormente, as *dummies* dos presidentes militares não foram incluídas na especificação, uma vez que estas são a base de comparação. Ou seja, a interpretação mais precisa dos resultados desta estimação é que o efeito da indicação presidencial pelos Presidentes Lula, Fernando Henrique, Itamar, Collor e Sarney não é estatisticamente diferente do efeito indicação dos presidentes militares (no caso da *Dummylula*, este resultado condiz com o esperado).

Tabela 3 – Resultados da estimação do modelo (1)

	Y= DUMMYGOV			
	Reg1	Reg2	Reg3	Reg4
Constante	-0.005475 (0.1675)	0.639821 (0.3855)	-0.001929 (0.1763)	0.716960 (0.3976)
DUMMYLULA	0.070921 (0.1883)	0.030752 (0.2617)	0.064233 (0.1934)	0.058948 (0.2660)
DUMMYFHC	-0.124581 (0.1821)	-0.039744 (0.2284)	-0.158418 (0.1867)	-0.069811 (0.2320)
DUMMYITAMAR	0.341485 (0.4193)	0.436432 (0.4244)	0.319426 (0.4298)	0.368629 (0.4357)
DUMMYCOLLOR	-0.027511 (0.1763)	-0.079507 (0.1891)	-0.036925 (0.1790)	-0.111998 (0.1922)
DUMMYSARNEY	0.166173 (0.2223)	0.024668 (0.2312)	0.161796 (0.2259)	0.019035 (0.2356)
DUMMYEST	0.092082 (0.1062)	0.053016 (0.1187)	0.081603 (0.1069)	0.052412 (0.1192)
DUMMYSTF	0.367547*** (0.1221)	0.308508** (0.1422)	0.365991*** (0.1236)	0.319787** (0.1439)
Controles: DUMMYOP		-0.408653*** (0.1099)		-0.405991*** (0.1100)
Bloco 1	Não	Sim	Não	Sim
Bloco 2	Não	Não	Sim	Sim
Pseudo R ²	0.0152	0.0525	0.0159	0.0539
n	981	981	981	981

Notas: Erros-padrão em parênteses. P-valores: *** se $p < 0,01$, ** se $p < 0,05$ e * se $p < 0,01$.

Ainda, nota-se que o sinal dos coeficientes é, na maioria dos casos, condizente com o esperado. O sinal negativo que se observa nos coeficientes associados às *dummies* dos presidentes Fernando Henrique e Collor é o esperado,

uma vez que, desde a redemocratização, estes presidentes foram os com viés mais “liberal”.

No entanto, a *Dummyitamar* deve ser interpretada com mais cuidado. Como o Presidente Itamar Franco só indicou um Ministro ao STF (Maurício Corrêa) e, na amostra obtida no STJ não se observou nenhuma relatoria de ministros indicados por este presidente, a *Dummyitamar* nada mais é do que uma “DummyMaurícioCorrêa”. Assim, diferentemente das outras dummies presidenciais, que incluem diversos Ministros em ambas as cortes, esta pode estar contaminada com características idiossincráticas deste ministro. Assim, a interpretação do coeficiente associado a esta variável não é, necessariamente, apenas o efeito de indicação política.

Ainda, nota-se que o coeficiente associado à *Dummystf* é positivo e significativo em todas as especificações estimadas. Isto significa que há algum componente no STF que faz suas decisões serem, em média, mais a favor do Estado. Este componente pode ser o efeito indicação que, de acordo com os argumentos apresentados na Seção 2.2.2, deve ser mais forte no STF do que no STJ. É possível que, nesta primeira especificação, os coeficientes associados às *dummies* presidenciais tenham sido estatisticamente nulos devido à ausência deste efeito no STJ, mas que no STF ele exista (o peso do STF na amostra é baixo, cerca de 17%). É justamente a presença deste efeito que se propõe testar no modelo (2).

Na representação da Tabela 3, assim como nas subsequentes, optou-se por destacar um resultado de especial significância. Entre as variáveis controle que compõem o bloco 1 está a *Dummyop*, que indica quando o oponente do Estado em um determinado recurso é uma pessoa física (para mais detalhes acerca da construção das variáveis vide Seção 3.4). Esta variável se mostrou significativa em todas as especificações testadas para o modelo (1) e tem sinal negativo. Isto implica que os juízes de ambas as cortes tendem a favorecer mais as pessoas físicas do que as empresas em suas disputas com o Estado. Como já notado anteriormente, este resultado pode ser devido ao conceito jurídico de “hipossuficiência” que, apesar de não ter força de lei no direito tributário, permeia toda a estrutura do sistema jurídico brasileiro.

Já na Tabela 4 tem-se os resultados da estimação do modelo (2). Neste caso, a hipótese fundamental, formulada na Seção 3.1, é que as restrições à indicação presidencial que existem no STJ (e não no STF) tornam este tribunal mais imune a

influências políticas. Logo, é equivalente testar se o efeito indicação no STF é mais forte do que no STJ. É, portanto, este o procedimento adotado na estimação do modelo (2).

Tabela 4 – Resultados da estimação do modelo (2)

	Y= DUMMYGOV			
	Reg1	Reg2	Reg3	Reg4
Constante	-0.223008 (0.2168)	0.322073 (0.4236)	-0.236055 (0.2240)	0.378508 (0.4432)
DUMMYLULA	0.266034 (0.2355)	0.346807 (0.3175)	0.263677 (0.2372)	0.347602 (0.3208)
DUMMYFHC	0.096481 (0.2309)	0.302685 (0.2937)	0.103473 (0.2398)	0.265870 (0.3026)
DUMMYITAMAR	0.075664 (0.4532)	0.130416 (0.4586)	0.064755 (0.4603)	0.103255 (0.4665)
DUMMYCOLLOR	0.222070 (0.2330)	0.230677 (0.2578)	0.277897 (0.2490)	0.211291 (0.2774)
DUMMYSARNEY	0.429555 (0.2757)	0.374460 (0.2982)	0.442602 (0.2814)	0.348744 (0.3042)
DUMMYEST	0.101340 (0.1067)	0.059000 (0.1190)	0.092784 (0.1076)	0.053046 (0.1195)
DUMMYSTF	0.847634*** (0.3265)	0.921104** (0.3641)	0.923003*** (0.3409)	0.916363** (0.3825)
DUMMYSTF*DUMMYLULA	-0.005319 (0.5541)	-0.322571 (0.6022)	-0.046414 (0.5597)	-0.315518 (0.6091)
DUMMYSTF*DUMMYFHC	-0.583883 (0.4327)	-0.808844* (0.4741)	-0.725299* (0.4319)	-0.827033* (0.5032)
DUMMYSTF*DUMMYCOLLOR	-0.609405* (0.3668)	-0.685884* (0.3961)	-0.727259* (0.4066)	-0.680400* (0.4443)
DUMMYSTF*DUMMYSARNEY	-0.717999 (0.5025)	-0.901090* (0.5456)	-0.775993 (0.5163)	-0.867881 (0.5638)
Controles: DUMMYOP		-0.395163*** (0.1102)		-0.392047*** (0.1103)
Bloco 1	Não	Sim	Não	Sim
Bloco 2	Não	Não	Sim	Sim
Pseudo R ²	0.0185	0.0558	0.0197	0.0567
N	981	981	981	981

Notas: Erros-padrão em parênteses. P-valores: *** se $p < 0,01$, ** se $p < 0,05$ e * se $p < 0,01$.

Nos resultados apresentados na Tabela 4 é possível observar que algumas das conclusões obtidas a partir dos resultados da estimação do modelo (1) se

mantêm no modelo (2). Entre elas, pode-se destacar a questão acima mencionada da relevância da *Dummyop* em todos os modelos nos quais ela faz parte da especificação.

No entanto, o principal resultado que advém do modelo (2) é a diferença do grau de influência política nas duas cortes em análise. Nota-se que os coeficientes da interação da *Dummystf* com as *dummies* dos Presidentes Fernando Henrique e Collor são estatisticamente significantes na maior parte das especificações estimadas. Ainda, nota-se que o sinal dos coeficientes é negativo, de acordo com o esperado (devido ao viés “liberal” destes presidentes). Estes coeficientes podem ser interpretados como o efeito indicação no STF quando comparado ao STJ, ou seja, o quanto o presidente influencia, através da indicação dos Ministros, as decisões do STF.

Nota-se que o coeficiente associado à interação da *Dummystf* com a *DummyLula* não é estatisticamente significativo nas quatro especificações. É importante ressaltar mais uma vez que, no que diz respeito às relações econômicas entre Estado e cidadãos, a esquerda e os militares tem posição similar, uma vez que ambos advogam um Estado forte e intervencionista. Logo, no que diz respeito à questões tributárias, ministros indicados por estas duas vertentes devem ter mais pontos de harmonia do que de atrito. Assim, este resultado é condizente com o esperado.

Além do mais, tem-se que o parâmetro associado à interação da *Dummystf* com a *Dummysarney* tem o sinal esperado, mas é estatisticamente significativo em apenas uma das especificações.

Ainda, nota-se que a *Dummystf* é estatisticamente significativa em todas as especificações estimadas. Este componente indica que há algo específico ao STF que não o efeito da indicação presidencial de seus Ministros, que faz com que, em média, as decisões do STF sejam mais pró-Estado do que o STJ. Há dois fatores que podem explicar a significância desta variável. Em primeiro lugar, é possível que exista, como indicado na Seção 3.3, um viés no perfil dos processos que faça com que tenham sido selecionados recursos que sejam favoráveis ao Estado. Embora, como indicado na mesma Seção, provavelmente este não é o caso. Em segundo lugar, é possível que existam outras formas pelas quais o governo influencie o STF que não o mecanismo da indicação de seus ministros. Esta segunda hipótese, apesar de não ser testável empiricamente, pode ser razoável uma vez que se

observe que o conteúdo político do STF é muito maior do que o do STJ. Isto pode ser evidenciado pelos diversos Ministros advindos do STF que tiveram uma carreira pública após sua aposentadoria, como o Ministro Nelson Jobim que, indicado ao STF pelo Presidente Fernando Henrique, fez parte do governo Lula como Ministro da Defesa. Além deste, pode-se citar o exemplo do Ministro Francisco Rezek. Este, indicado pelo Presidente Figueiredo para fazer parte do STF, pediu aposentadoria antecipada para ser Ministro das Relações Exteriores de Fernando Collor que, por sua vez, o reconduziu ao cargo no STF no final de seu governo (e, após a aposentadoria compulsória em 1997, fez parte da Corte Internacional de Justiça).

Ainda resta verificar a (Q3), ou seja, a presença do efeito estratégico nas decisões de ambas as cortes. Para tal, optou-se dividir a amostra em duas partes. Na primeira sub-amostra, tem-se os casos que foram decididos no período de interesse do PT, ou seja, todos a partir de janeiro de 2003, excetuando os casos que envolvem Estados governados pela oposição (PSDB/DEM). Na segunda sub-amostra há exatamente o complementar desta primeira, ou seja, os casos decididos no período anterior a janeiro de 2003 somados aos recursos julgados em datas posteriores que envolvem Estados governados pela oposição.

Nota-se que é análoga a estimação do modelo (3) com a amostra completa ou a estimação de modelos semelhantes ao (2) com as sub-amostras definidas. Optou-se pela segunda possibilidade uma vez que tentativas de estimação do modelo (3) haviam sido frustradas devido a problemas de colinearidade. Logo, tem-se nas Tabelas 5 e 6 os resultados da estimação nas duas sub-amostras, sendo que na Tabela 5 a amostra utilizada nas regressões é a do período de interesse do PT e na Tabela 6 é a do interesse do PSDB/DEM.

No caso dos resultados disponíveis na Tabela 5, tem-se que os parâmetros de interesse são aqueles associados às variáveis *Dummylula* e a interação desta variável com a *Dummystf*. Percebe-se que, a princípio, há evidências do efeito estratégico nos Ministros indicados pelo Presidente Lula. A *Dummylula* se mostrou significativa em metade das especificações estimadas (Reg1 e Reg3). Ainda, no caso da interação com a *Dummystf*, o coeficiente é estatisticamente nulo em todas as especificações. Assim, se levar-se em conta apenas os resultados da Reg1 e Reg3, pode-se concluir que há efeito estratégico nos Ministros indicados pelo Lula no agregado, mas este não é de maior magnitude no STF.

Entretanto, como na Reg2 e Reg4 não se observa este efeito, é possível inferir que o efeito estratégico observado nas outras especificações não é robusto à inclusão de outras variáveis controle. Em comum às regressões 2 e 4, mas não às regressões 1 e 3 está o Bloco 1 de variáveis controle. Assim, é possível que alguma das variáveis presentes no Bloco 1 (ou um subconjunto delas) tenha se mostrado mais competente para explicar a variável dependente do que a *Dummylula*. Por outro lado, também é possível que a inclusão do Bloco 1 de variáveis controle tenha prejudicado a inferência estatística ao incluir variáveis irrelevantes, devido à perda de graus de liberdade resultante.

Tabela 5 – Resultados da estimação do modelo (3) (Sub-amostra Interesse PT)

	Y= DUMMYGOV			
	Reg1	Reg2	Reg3	Reg4
Constante	-0.841621* (0.4518)	0.496612 (0.6565)	-1.060058** (0.5294)	0.582202 (0.7244)
DUMMYLULA	0.915413** (0.4630)	0.380693 (0.4824)	1.069748** (0.5367)	0.454556 (0.5749)
DUMMYFHC	0.685468 (0.4644)	0.375227 (0.4703)	0.847142* (0.5122)	0.404050 (0.5397)
DUMMYEST	0.830643 (0.6897)	0.711795 (0.7431)	0.762378 (0.7064)	0.661430 (0.7479)
DUMMYSTF	0.981332 (0.6163)	-0.080061 (0.6944)	1.173599* (0.6610)	-0.111808 (0.7635)
DUMMYSTF*DUMMYLULA	0.165518 (0.8343)	0.765850 (0.9043)	-0.137047 (0.9334)	0.712995 (1.0430)
DUMMYSTF*DUMMYFHC	-1.005191 (0.7864)	-0.412521 (0.8082)	-1.410124 (0.8627)	-0.396528 (0.9062)
Controles: DUMMYOP		-0.254123 (0.1707)		-0.260382 (0.1714)
Bloco 1	Não	Sim	Não	Sim
Bloco 2	Não	Não	Sim	Sim
Pseudo R ²	0.030531	0.094561	0.034158	0.097368
n	329	329	329	329

Notas: Erros-padrão em parênteses. P-valores: *** se $p < 0,01$, ** se $p < 0,05$ e * se $p < 0,01$.

Por fim, pode-se observar na Tabela 6 os resultados da verificação da presença do efeito estratégico na sub-amostra do período de interesse do PSDB/DEM. Neste caso, observa-se que os resultados obtidos coincidem, em parte, com os observados na Tabela 4. Em comum, nota-se que a *Dummyop* é significativa

em todas as especificações das quais ela faz parte. Além disso, a *Dummystf* sempre é significativa, o que pode indicar que há algum efeito específico ao STF que não o de indicação nem o estratégico.

Tabela 6 – Resultados da estimação do modelo (3) (Sub-amostra Interesse PSDB/DEM)

	Y= DUMMYGOV			
	Reg1	Reg2	Reg3	Reg4
Constante	-0.223008 (0.2168)	0.015059 (0.6330)	-0.201125 (0.2335)	-0.012546 (0.6486)
DUMMYLULA	0.156172 (0.3177)	0.319092 (0.3744)	0.141676 (0.3214)	0.329172 (0.3801)
DUMMYFHC	0.096168 (0.2525)	0.212535 (0.3038)	0.067317 (0.2711)	0.214148 (0.3223)
DUMMYITAMAR	0.296215 (0.4918)	0.426784 (0.5022)	0.327657 (0.5002)	0.427340 (0.5124)
DUMMYCOLLOR	0.258385 (0.2338)	0.244342 (0.2593)	0.332317 (0.2612)	0.308220 (0.2925)
DUMMYSARNEY	0.429555 (0.2757)	0.350487 (0.3004)	0.407672 (0.2890)	0.359346 (0.3137)
DUMMYEST	0.116989 (0.1498)	0.206161 (0.2769)	0.112911 (0.1531)	0.200342 (0.2772)
DUMMYSTF	0.843857*** (0.3275)	0.829593** (0.3693)	0.931989*** (0.3540)	0.903178** (0.4028)
DUMMYSTF*DUMMYLULA	-0.894011 (0.9613)	-0.675367 (1.0173)	-0.936919 (1.0007)	-0.723863 (1.0513)
DUMMYSTF*DUMMYFHC	-0.425404 (0.4839)	-0.450980 (0.5347)	-0.496168 (0.5337)	-0.555506 (0.5828)
DUMMYSTF*DUMMYCOLLOR	-0.656586* (0.3708)	-0.671414* (0.4003)	-0.836278* (0.4349)	-0.804169* (0.4752)
DUMMYSTF*DUMMYSARNEY	-0.718821 (0.5024)	-0.829732 (0.5504)	-0.700250 (0.5350)	-0.871266 (0.5853)
Controles: DUMMYOP		-0.500978*** (0.1477)		-0.492335*** (0.1483)
Bloco 1	Não	Sim	Não	Sim
Bloco 2	Não	Não	Sim	Sim
Pseudo R ²	0.020961	0.057534	0.023172	0.058668
N	652	652	652	652

Notas: Erros-padrão em parênteses. P-valores: *** se $p < 0,01$, ** se $p < 0,05$ e * se $p < 0,01$.

Ainda, de acordo com os resultados disponíveis na Tabela 6, nota-se que não foi possível detectar a presença de efeito estratégico nas decisões dos ministros

indicados pelo Presidente Fernando Henrique, uma vez que o coeficiente associado a interação da *Dummyfhc* com a *Dummystf* é estatisticamente nulo em todas as especificações.

Assim, quanto ao efeito estratégico, encontram-se evidências apenas no que se refere aos ministros relatores indicados pelo Presidente Lula. Ainda, é importante ressaltar que este resultado não é robusto à inclusão/exclusão de variáveis controle e, portanto, deve ser considerado com cuidado.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, se propôs responder três perguntas fundamentais acerca da independência do judiciário brasileiro. A primeira delas versa se as decisões das cortes superiores são influenciadas pela indicação presidencial dos membros destas cortes. A segunda inquire se as restrições institucionais à indicação presidencial no STJ tornam esta corte menos suscetível às influências políticas do que o STF (no qual a indicação é livre). Já a terceira diz respeito à possibilidade de os magistrados utilizarem seus cargos de modo estratégico, isto é, ativamente procurarem beneficiar o partido que lhes indicou ao tribunal.

Conforme observou-se na Seção 4, a resposta para a primeira pergunta é não. Isto é, não foi detectado nenhum efeito agregado estatisticamente significativo, ou seja, ao incluir decisões do STF e STJ em uma mesma amostra não se rejeitou a hipótese nula de que os coeficientes associados às *dummies* presidenciais são iguais a zero. Este resultado ainda não explora as diferenças na independência do judiciário, que pode decorrer dos processos de indicação distintos entre as duas cortes superiores.

Já no que toca a segunda pergunta, que explora as diferenças entre STF e STJ, a resposta é: provavelmente sim. Foi possível observar que o efeito indicação no STF, especialmente no que se refere aos presidentes Collor e Fernando Henrique, é estatisticamente diferente do observado no STJ. Assim, a hipótese de que a restrição à indicação presidencial no STJ reduz a influência do executivo nesta corte e, portanto, a torna mais independente, se mantém.

Ainda, quanto à terceira pergunta, pelos resultados disponíveis na Seção 4, não foi possível encontrar evidências inequívocas de que os magistrados indicados por quaisquer presidentes façam uso estratégico de seus cargos. Apenas observaram-se indícios deste efeito para os indicados pelo Presidente Lula em algumas das especificações testadas, o que, de fato, não é conclusivo. Para o judiciário brasileiro, sempre bombardeado com denúncias de corrupção e favorecimento, esta pode ser uma boa notícia. O fato de que não foi possível encontrar evidências inequívocas do efeito estratégico, mas sim do efeito indicação no STF é sinal de que, nesta corte, os diversos presidentes da república conseguiram instalar ministros cuja posição ideológica é semelhante da de quem os

indicou, mas provavelmente não utilizam da forma condenável de “pragmatismo” político que os faria julgar estrategicamente. Isto significa que, apesar de os ministros (do STF) votarem, em média, de acordo com a posição política do presidente que fez a indicação, eles não mudam de posição dependendo de qual partido ocupa, no momento, o Palácio do Planalto. Assim, pode-se dizer que há uma certa consistência na posição política dos membros desta corte.

Entretanto, as diversas conclusões extraídas dos resultados empíricos dependem da validade das hipóteses e simplificações feitas de modo a tornar este experimento possível. Uma das hipóteses mais importantes e que podem ser contestadas é a comparabilidade das decisões do STJ e STF. Como já se salientou diversas vezes e, em especial, na Seção 3.1, devido ao modo que a Constituição Federal foi elaborada, existe alguma sobreposição de competências do STJ e STF, inclusive no que diz respeito à matéria tributária. Esta sobreposição faz com que ambas as cortes muitas vezes sejam chamadas a se manifestar sobre a mesma matéria, o que permite que se faça a comparação pretendida.

Outra hipótese importante, como destacado na Seção 3.1, diz respeito ao emprego de cognição na decisão dos recursos. Esta hipótese requer que os ministros, especialmente o relator, dedique tempo e raciocínio na decisão de cada caso. Se, ao contrário da hipótese, os ministros simplesmente deleguem os casos a seus assessores (devido à já conhecida sobrecarga do judiciário), então não é possível inferir absolutamente nada de suas decisões. No entanto, parece razoável que, especialmente nos casos mais relevantes, os ministros utilizem de cognição, mesmo que seja somente ao instruir o assessor sobre qual direção determinada decisão deve seguir.

Ainda, vale destacar algumas questões que não foram respondidas. Nos resultados exibidos na Seção 4, observou-se que certamente existem outros componentes que tornam as decisões do STF mais pró-Estado que não a indicação presidencial. Esta observação deriva do fato que a *Dummystf* se mantém significativa mesmo após a inclusão das *dummies* presidenciais e das *dummies* interagidas. Assim, uma possível investigação futura poderia tentar encontrar outros fatores que influam nas decisões do STF, mas não do STJ, para explicar este efeito.

E mais, com a base de dados coletada é possível tentar responder muitas outras questões a respeito dos padrões de decisão destas cortes. Por exemplo, seria possível tentar verificar padrões na reversão das decisões das cortes

inferiores. Conforme ressaltado na Seção 2.1, a reversão das decisões é uma medida frequentemente utilizada para se medir a segurança jurídica. Assim, a verificação dos determinantes da reversão das decisões do STF e STJ certamente teria muita relevância na literatura.

Por fim, resta dar uma resposta à questão levantada na primeira Seção deste trabalho. Será que seria uma boa ideia instituir um sistema de indicação no STF semelhante ao do STJ, com proporções bem definidas para a origem de seus membros e realização de eleições internas para compor a lista tríplice? Se a única consideração envolvida nesta decisão for a da independência da corte, então, de acordo com os resultados encontrados neste trabalho, possivelmente seria uma boa ideia. Como os resultados mostram que o STF é mais sujeito à influências políticas e os argumentos enunciados na Seção 2.2.2 nos levam a acreditar que esta maior influência política é resultado da maior discricionariedade do executivo ao indicar os membros desta corte, uma medida que reduza esta discricionariedade provavelmente é bem-vinda.

Naturalmente, outras considerações podem pesar em uma decisão como esta. Como o STF é a corte suprema do Brasil, ela é uma instituição política, no sentido amplo da expressão, então é esperado que suas decisões tenham um cunho político. Mas é importante deixar claro que as implicações de tal medida podem ser muito mais amplas do que uma questão jurídica ou de carreira dos magistrados. A existência de um judiciário independente, além de melhorar características “desejáveis” de um sistema jurídico, como a previsibilidade e a racionalidade das decisões judiciais, tem um efeito colateral: a melhora da credibilidade do compromisso de não expropriação do executivo. Esta melhora, por sua vez, proporciona um crescimento econômico maior, uma vez que o risco de fazer negócios no país é reduzido. Assim, fica claro que os resultados aqui obtidos tem implicações políticas, jurídicas e econômicas, sugerindo, em última instância, uma direção para o desenho ótimo de um judiciário.

REFERÊNCIAS

A sucessão no Supremo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 9 set. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-sucessao-no-supremo-,927959,0.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON S.; ROBINSON, J. A. (2001) The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. **The American Economic Review**, vol. 91, n. 5, p. 1369-1401.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. (2005) Unbundling Institutions. **Journal of Political Economy**, vol. 113, n. 5, p. 949-995.

AMEMIYA, T. (1981) Qualitative Response Models: A Survey. **Journal of Economic Literature**, vol. 19, n. 4, p. 1483-1536.

ARIDA, P.; BACHA, E. L.; LARA-REZENDE, A. (2005). Credit, Interests, and Jurisdictional Uncertainty: Conjectures on the Case of Brazil. In Giavazzi, F., Goldfajn, I.; Herrera, S. (ed.), **Inflation Targeting, Debt, and the Brazilian Experience, 1999 to 2003** (p. 265-293). Cambridge, MA: The MIT Press.

ARLOTA, C.; GAROUPA N. (2012) Addressing Federal Conflicts: An Empirical Analysis of the Brazilian Supreme Court, 1988-2010. (unpublished)

BARRO, R. J.; LEE, J. W. (1993) Losers and Winners in Economic Growth. **NBER Working Paper Series**, n. 4341.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. [Cria o Supremo Tribunal de Justiça e declara suas atribuições]. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 10, p. 2744, 1890. Decreto que organiza a Justiça federal. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66054&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

BRASIL, Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, de 7 de julho de 1989. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacao/seriada/index.php/regimento>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

CAPORALE, T.; WINTER, H. (1998) Political influence over Supreme Court criminal procedure cases. **Journal of Economic Behavior & Organization**, vol. 35, p. 465-475.

CASTELAR PINHEIRO, A. (org.) (2000) **Judiciário e Economia no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré.

COASE, R. H. (1937) The Nature of the Firm. **Economica**, vol. 4, n.16, p. 386-405.

EVERETT, R. S.; WOJTKIEWICZ, R. A. (2002) Difference, Disparity, and Race/Ethnic Bias in Federal Sentencing. **Journal of Quantitative Criminology**, vol. 18, n. 2, p. 189-211.

FALCÃO, J.; CERDEIRA, P. C.; ARGUELHES, D. W. (2011) **I Relatório Supremo em Números: O Múltiplo Supremo**. FGV Direito Rio.

GREZZANA, S. (2011) **Viés de Gênero no Tribunal Superior do Trabalho Brasileiro**. Tese de Mestrado, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

JALORETTO, M. F.; MUELLER, B. P. M. (2011) O Procedimento de Escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – uma Análise Empírica. **Economic Analysis of Law Review**, vol. 2, n. 1, p. 170-187.

KENNEDY, R. L. (1988) McCleskey v. Kemp: Race, Capital Punishment, and the Supreme Court. **Harvard Law Review**, vol. 101, n. 7, p. 1388-1443.

LAMBERT-MOGILIANSKY, A.; SONIN, K.; ZHURAVSKAYA, E. (2007) Are Russian commercial courts biased? Evidence from a bankruptcy law transplant. **Journal of Comparative Economics**, vol. 35, p. 254-277.

LOPES, P. G. de M.; RIOS, P. (2009) **Justiça no Brasil – 200 Anos de História**, Consjur Editorial, São Paulo.

NORTH, D.; THOMAS, R. (1973) **The Rise of the Western World**, Cambridge University Press.

NORTH, D. C.; WEINGAST, B. R. (1989) Constitutions and Commitment: The Evolution of Institutional Governing Public Choice in Seventeenth-Century England. **The Journal of Economic History**, vol. 49, n. 4, p. 803-832.

RAMSEYER, J. M.; RASMUSEN, E. B. (1997) Judicial Independence in a Civil Law Regime: The Evidence from Japan. **Journal of Law, Economics, & Organization**, vol. 13, n. 2, p. 259-286.

SALZBERGER, E.; FENN, P. (1999) Judicial Independence: Some Evidence from the English Court of Appeal. **Journal of Law and Economics**, vol. 42, n. 2, p. 831-847.

SCHNEIDER, M. R. (2005) Judicial Career Incentives and Court Performance: An Empirical Study of the German Labour Courts of Appeal. **European Journal of Law and Economics**, n. 20, p. 127-144.

SCULLY, G. W. (1988) The Institutional Framework and Economic Development. **Journal of Political Economy**, vol. 96, n. 3, p. 652-662.

SHERWOOD, R. M.; SHEPHERD, G.; SOUZA, C. M. (1994) Judicial Systems and Economic Performance. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, vol. 34, p. 101-116.

SPILLER, P. T.; GELY, R. (1992) Congressional Control or Judicial Independence: The Determinants of U.S. Supreme Court Labor-Relations Decisions, 1949-1988. **The RAND Journal of Economics**, vol. 23, n. 4, p. 463-492.

VEÇOSO, F. F. C.; PEREIRA, B. R.; PERRUSO, C. A.; MARINHO, C. M.; BABINSKI, D. B. O.; WANG, D. W. L.; GUERRINI, E. W.; PALMA, J. B.; SALINAS, N. S. C. **As bases eletrônicas de julgados: matrizes de análise e aplicação no STF e STJ** 2012. Trabalho apresentado ao II Encontro de Pesquisas Empíricas em Direito, Ribeirão Preto, 2012.

YEUNG, L. (2010) **Além do senso comum e das evidências anedóticas: uma análise econômica do Judiciário brasileiro**. Tese de Doutorado, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

ZEISEL, H. (1981) Race Bias in the Administration of the Death Penalty: The Florida Experience. **Harvard Law Review**, vol. 95, n. 2, p. 456-468.